



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 111/112

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 111

105ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Proposta de Emenda Constitucional 04

Questões de Ordem 04

Indicações 05

Requerimentos 07

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira 12

Dep. Elton Welter 14

Dep. Cleiton Kielse 15

Dep. Pastor Edson Praczyk 18

Dep. Plauto Miró 19

Grande Expediente:

Sr. João Costa - Prefeito de

Porto Barreiro 21

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 12

Dep. Pastor Edson Praczyk 18

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse 15

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse 16

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 22

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 24

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 25

Liderança do PT

Dep. Professor Lemos 27

Liderança do PDT

Dep. Neivo Beraldin 28

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 29

Discussão/Votação

Redação Final 30

3ª Discussão 30

2ª Discussão 30

1ª Discussão 32

Requerimentos 33

Encerramento da Sessão 34

DIÁRIO Nº 112

106ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 35

Presenças 35

Abertura da Sessão 35

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 36

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 36

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final 37

3ª Discussão 37

2ª Discussão 38

1ª Discussão 38

Encerramento da Sessão 39

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 111

105ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Proposta de Emenda Constitucional 04

Questões de Ordem04

Indicações05

Requerimentos07

Projetos de Lei11

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira12

Dep. Elton Welter14

Dep. Cleiton Kielse15

Dep. Pastor Edson Praczyk18

Dep. Plauto Miró19

Grande Expediente:

Sr. João Costa - Prefeito de

Porto Barreiro21

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira12

Dep. Pastor Edson Praczyk 18

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse 15

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse 16

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 22

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 24

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 25

Liderança do PT

Dep. Professor Lemos 27

Liderança do PDT

Dep. Neivo Beraldin 28

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 29

Discussão/Votação

Redação Final 30

3ª Discussão 30

2ª Discussão 30

1ª Discussão 32

Requerimentos 33

Encerramento da Sessão 34

DIÁRIO Nº 111

105ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE SETEMBRO DE 2009**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Antonio Belinati e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Dur-

val Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademir Bier, Caíto Quintana, Fernando Scanavaca, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo e Teruo Kato (08).

Ausentes com justificativa as Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O parágrafo 9º do artigo 45 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“ § 9º Aplica-se aos militares estaduais, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do artigo 14, parágrafos 8º, 9º e 10; 40, parágrafo 9º; 142, parágrafos 2º, 3º, incisos VIII e X, observado sempre o contido no artigo 22, III, X, XXI e XXVIII, todos da Constituição Federal, cabendo a Lei Estadual específica dispor sobre as matérias do artigo 142, parágrafo 3º da Constituição Federal, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelo Governador do Estado.”

Art. 2º O parágrafo 10 do artigo 45 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“ § 10 Aos militares estaduais e a seus pensionistas aplica-se o disposto no artigo 40, parágrafos 7º, 8º e 9º da Constituição Federal.”

Art. 3º O parágrafo 14 do artigo 45 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“ § 14. Aplica-se aos militares estaduais, além do disposto em lei, as disposições dos artigos 33, parágrafos 1º, 2º e 4º; 38; 39 e 43, parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, desta Constituição; e 39, parágrafo 4º da Constituição Federal, em face do que dispõe o parágrafo 9º do artigo 144 da Constituição Federal.”

Art. 4º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Apoiamento:

Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Valdir Rossoni, Francisco Bühler, Felipe Lucas, Elton Welter, Tadeu Veneri, Pastor Edson Praczyk, Mario Roque, Jonas Guimarães, Jocelito Canto, Edson Strapasson, Ney Leprevost, Augustinho Zucchi e Luiz Fernandes Litro.

JUSTIFICATIVA:

A remuneração dos servidores militares sob a forma de subsídio é prevista na Constituição Federal através de seu artigo 144, parágrafo 9º, combinado com o parágrafo 4º do artigo 39 da mesma Carta Magna do País. O Estado do Paraná até o momento não regulamentou este dispositivo constitucional, recebendo inclusive Notificação Judicial Cível nº 0480892-0 referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão perante o Supremo Tribunal Federal.

Desta forma, faz-se urgente a alteração da Constituição do Estado do Paraná, no sentido de possibilitar que se restabeleça a legalidade referente à remuneração da categoria, resultando numa maior valorização dos servidores militares do Paraná.

Questões de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja remetido ao COPELEGIS para que se faça um estudo aprofundado em relação a constitucionalidade e competência do

Poder Legislativo em propor projeto de lei autorizando o Poder Executivo a proceder reversão de imóvel.

Sala das Sessões, em 23/09/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja remetido ao COPELEGIS para que se faça um estudo aprofundado em relação a utilização do termo Súmula nos projetos de lei apresentados nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23/09/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Indicações

INDICAÇÃO Nº 882/09

SÚMULA:

Indica ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, envie para aprovação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pedido de autorização para efetuar repasses de recursos através de convênios e subvenções a creches que atendem filhos dos servidores estaduais.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando das atribuições a que refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Sr. Governador Roberto Requião, que envie projeto de lei a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná que promova a designação de recursos para as creches que atendam filhos de servidores com até cinco anos de idade.

Esse repasse de recursos deverá ser feito através de convênios e subvenções. Esse atendimento supre a exigência da Constituição Federal que exige que o Estado repasse recursos do orçamento do Estado para creches que atendam filhos de servidores públicos, pois esse é o entendimento do douto Plenário do Tribunal de Contas do Estado - TCE.

Para isso deverá ser condicionado para as entidades beneficiadas que sejam instituições sem fins lucrativos, os recursos precisam estar previstos em orçamento próprio do Estado e o servidor será obrigado a pagar parte dos custos gerados pelo seu filho.

Essa lei deverá regulamentar a matéria constitucional assegurando tratamento igualitário entre os servidores.

Sala das Sessões, em 23/09/09.
(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 883/09

SÚMULA:

Institui a Polícia Estadual de Segurança Contra Incêndios.

Ao Sr. Governador do Estado:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere que seja instituído pelo Poder Executivo Estadual a Política Estadual de Segurança contra Incêndio.

Art. 1º A Política Estadual de Segurança Contra Incêndios, terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e Privado que venham beneficiar direta ou indiretamente o setor de serviços de prevenção e extinção de incêndios, de busca e salvamento, prevenção de acidentes e de atendimento às vítimas de acidentes, pelo reconhecido interesse público.

Art. 2º A Política Estadual de Segurança Contra Incêndios tem por objetivo a preservação da vida, do meio ambiente e do patrimônio, atendidos os seguintes princípios:

I - criação dos Programas de Segurança Contra Incêndios;

II - ação de inclusão do estudo de educação social de segurança incêndios, visando à exposição e difusão entre crianças e adolescentes, no âmbito da rede oficial de ensino, de forma extracurricular;

III - divulgação das políticas governamentais para o setor;

IV - promoção da capacitação dos cidadãos das comunidades em geral visando à prevenção da morbimortalidade provocada por incêndios e acidentes;

V - criação das brigadas de incêndios comunitárias;

VI - ação governamental para o desenvolvimento técnico-científico em segurança contra incêndios; e

VII - autorização do Poder Público para celebração de convênios com a iniciativa privada para manutenção e criação de Corpos de Bombeiros municipais e voluntários.

Art. 3º O Sistema Estadual de Ensino incentivará a educação pública de segurança contra incêndios por meio:

I - do desenvolvimento da cultura de prevenção;

II - o fomento ao programa de segurança contra incêndios;

III - das práticas pedagógicas com fins de prevenção;

IV - da utilização dos estabelecimentos públicos estaduais de ensino pelos órgãos públicos e privados, para fins de difusão dos programas de segurança;

V - das inserções da educação de segurança contra incêndios nos projetos político-pedagógico das escolas estaduais; e

VI - da criação, pela rede oficial de ensino, dos cursos de especialização e técnico em segurança contra incêndios.

Parágrafo Único. A Educação Pública de segurança contra incêndios é um componente essencial e permanente da Política Estadual de Segurança Contra

Incêndios, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidade do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 4º Fica instituída a Semana de Segurança Contra Incêndios na rede de ensino oficial no âmbito do Estado, sendo realizada na semana do dia 2 de julho, com a realização de eventos que tem por objetivo divulgar o tema e incentivar a participação dos alunos, funcionários e comunidade em geral.

Art. 5º O Poder Público Estadual, quando necessário para exercer suas atribuições, fica autorizado a celebrar com os Municípios convênios sobre serviços de prevenção e extinção de incêndios, de busca e salvamento, prevenção em balneários, atendimentos de vítimas e prevenção de acidentes, visando à agilização da prestação do serviço.

Art. 6º As diretrizes da Política Estadual de Segurança Contra Incêndios serão formuladas em normas e planos destinados a orientar a ação dos órgãos envolvidos, no que relacionar com a proteção contra incêndios, observados os princípios do artigo 2º desta lei.

Art. 7º São instrumentos da Política Estadual de Segurança Contra Incêndios:

I - o estabelecimento dos padrões dos serviços dos Corpos de Bombeiros;

II - os incentivos a manutenção e instalação de Corpos de Bombeiros voluntários e municipais para melhoria da qualidade de atendimentos às emergências nos Municípios que não possuem quartéis do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar;

III - o Sistema Estadual de informações sobre a segurança contra incêndios; e

IV - o cadastro de todos os bombeiros profissionais civis em atividade no âmbito do Estado junto ao Corpo de Bombeiro.

Art. 8º O Poder Executivo incentivará as atividades voltadas para a segurança contra incêndios, visando:

I - o desenvolvimento, no Estado de pesquisas e processos tecnológicos voltados para a segurança contra incêndios;

II - a fabricação de equipamentos para prevenção e extinção de incêndios; e

III - a outras iniciativas que propiciem a segurança contra incêndios.

Parágrafo Único. Os órgãos, entidades e programas do Poder Público, destinados ao incentivo das pesquisas científicas e tecnológicas, considerarão, entre suas metas prioritárias, o apoio aos projetos em que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área da segurança contra incêndios.

Art. 9º A fiscalização e controle das atividades dos bombeiros profissionais civis no Estado se dará pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar que exigirá no ato da vistoria documentos que comprovem a existência dos profissionais de acordo com legislações existentes ou na sua falta em consonância com as normas técnicas oficiais.

Parágrafo Único. O Corpo de Bombeiros manterá cadastro dos bombeiros profissionais civis em atividades no Estado.

Art. 10. O Poder Executivo por meio do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado será órgão máximo fiscalizador das atividades dos bombeiros municipais e voluntários, cabendo as seguintes atribuições:

I - incentivar a criação dos bombeiros voluntários e municipais;

II - coordenar os programas de formação e instrução continuada dos bombeiros voluntários e municipais;

III - nos casos em que for solicitado contribuir para a organização, coordenação e manutenção dos serviços de bombeiros voluntários e municipais. Instituinto assim, os Corpos de Bombeiros Mistos;

IV - fiscalizar os padrões de serviços executados com emissão de parecer para propostas de adequação;

V - doar veículos e equipamentos usados para os Municípios que necessitem para iniciar as atividades de bombeiros voluntários e municipais;

VI - disponibilizar profissionais para auxiliar na instalação dos Corpos de Bombeiros voluntários e municipais quando solicitado;

VII - criar as diretrizes operacionais para os Corpos de Bombeiros voluntários e municipais.

Art. 11. As despesas decorrentes de execução desta lei correção à contra de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

INDICAÇÃO Nº 884/09

SÚMULA:

Propõe a presente indicação legislativa ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná para que este envie mensagem à Assembleia Legislativa com fins de alterar a Lei Complementar nº 103/04 - "Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências."

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual infra assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, vem, respeitosamente, através desta indicação legislativa, em razão de inúmeros pleitos e solicitações por parte de professores da rede

estadual de ensino, sugerir a iniciativa de V. Exa. no sentido de que proponha a esta Assembleia Legislativa projeto de lei cujo conteúdo tenha por escopo a alteração da Lei Complementar nº 103/04, e demais regulamentações pertinentes ao tema, com fins de sanar um sério problema que acomete os operadores do magistério: o professor submetido ao regime de 20 horas semanais que passa em um segundo concurso para a mesma função, e mesmo regime, assume o cargo mas não é beneficiado pelos avanços percebidos no exercício de seu primeiro cargo.

Propõe-se a presente indicação em razão da privatividade de iniciativa legislativa na matéria, conferida ao Governador do Estado pela Constituição Estadual em seu artigo 66, II, bem como em decorrência de possível impacto financeiro-orçamentário causado pela implementação da medida pleiteada.

Em resumo, o que se propõe é o seguinte: a equiparação de um segundo cargo de professor, decorrente de êxito em um segundo concurso público, ao primeiro cargo assumido pelo mesmo professor, ficando esses dois cargos no mesmo nível e classe na tabela de vencimentos (considerando sempre os dois cargos acumulados no regime de 20 horas semanais). Apenas dessa forma o professor carregará todos os avanços, cursos de capacitação, tempo de serviço, e diversas outras conquistas pelo mérito de seu trabalho. Portanto, levando-se em consideração que a legislação pertinente não comporta tal previsão (a assunção de segundo cargo equivalente pelo professor), mister se faz a adequação legislativa apta a restabelecer a justiça aos servidores públicos do Estado que exercem a função do magistério.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) ELIO RUSCH

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4663

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram, emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 4670

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 24 de setembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 4658

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja disponibilizado a Sala das Comissões no dia 13 de outubro do corrente (terça-feira) das 9h às 12hs, para a realização de Audiência Pública previamente aprovada, para discussão sobre o Transporte Metroviário que contará com a presença de várias autoridades.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 4665

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, PROPÕE mudança dos termos aditivos das Concessões de Rodovias 071/97, retroagindo ao aspecto de execução de obras e reincluindo os trechos que constavam na licitação original a qual, por decisão técnico-administrativa equivocada, alteraram-se fatores preponderantes ao equilíbrio entre concessão e concedidos.

Desta forma., baseando-se no status de Licitação Pública Internacional inviolável pela Lei de Licitações e pela Constituição Federal, torna o projeto inicial ilegal perante as mudanças concedidas através de contratos severos, tendo causados prejuízos e danos irreparáveis aos paranaenses.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação está baseada em análise minuciosa dos 6 (seis) lotes do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná por este Parlamentar. Na área judicial, há centenas de demandas que correm em diversos tribunais dos Países discutindo o contrato, os preços, o cronograma de obras e os reajustes. Para majorar os preços e garantir ganhos exorbitantes, as concessionárias recorreram ao Poder Judiciário. Liminares foram concedidas, contudo não há decisão final. As discussões sobre os aumentos seguem nos tribunais.

No Paraná, foi demonstrado na Justiça que as concessionárias estão ganhando muito às custas da economia do Estado, grande parte em razão das cláusulas presentes termos aditivos dos contratos dos anos 2000 e 2002. São ações que cobram a devolução dos valores excedentes arrecadados e discutem o lucro, a Taxa Interna de Retorno (TIR) e, por consequência, o interesse público.

O desequilíbrio financeiro presente nas demonstrações das planilhas de investimento de obras e de manutenção é demonstrado pelo fato da Taxa Interna de Retorno (TIR) anual destas empresas estipulada por contrato em 18%, mas que e sua grande maioria tem chegado a mais de 55% e em alguns casos ultrapassando a marca de 70% de retorno líquido.

Cálculos do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), baseados nos balanços das empresas, mostram que os resultados financeiros estão muito acima do estabelecido nos contratos. Todas as empresas já operam no azul e cinco das seis concessionárias iniciaram a distribuição de lucros antes da previsão contratual.

Assim, é reiterado o fato de que o rateio e divisão dos lucros por parte destas concessionárias estarem previstas a partir das duplicações de rodovias estipuladas através de prazos e cronogramas. Porém, há 3 (três) anos está sendo retirado capital dessas empresas, para que certamente seja alegado num futuro próximo que não existem verbas para a execução de obras previstas em contrato. Estão, em outras palavras, forjando justificativas para ausência de apresentação formal de diversas obras a serem realizadas em rodovias pedagiadas no Paraná.

REQUERIMENTO Nº 4666

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER a convocação e todos os proprietários das concessionárias que administram rodovias no Estado do Paraná e que possuam poder de decisão no que diz respeito a mudanças de contrato de concessão de rodovias neste Estado.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação está baseada em análise minuciosa dos 6 (seis) lotes do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná por este Parlamentar. Na área judicial, há centenas de demandas que correm em diversos tribunais do País discutindo o contrato, os preços, o cronograma de obras e os reajustes. Para majorar os preços e garantir ganhos exorbitantes, as concessionárias recorrem ao Poder Judiciário. Liminares foram concedidas, contudo não há decisão final. As discussões sobre os aumentos seguem nos tribunais.

No Paraná, foi demonstrado na Justiça que as concessionárias estão ganhando muito às custas da economia do Estado, grande parte em razão das cláusulas presentes termos aditivos dos contratos dos anos 2000 e 2002. São ações que cobram a devolução dos valores excedentes arrecadados e discutem o lucro, a Taxa Interna de Retorno (TIR) e, por consequência, o interesse público.

O desequilíbrio financeiro presente nas demonstrações das planilhas de investimentos de obras e de manutenção é demonstrado pelo fato da Taxa Interna de Retorno (TIR) anual destas empresas estipulada por contrato em 18%, mas que em sua grande maioria tem chegado a mais de 55% e em alguns casos ultrapassando a marca de 70% de retorno líquido.

Cálculos do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), baseados nos balanços das empresas,

mostram que os resultados financeiros estão muito acima do estabelecido nos contratos. Todas as empresas já operam no azul e cinco das seis concessionárias iniciaram a distribuição de lucros antes da previsão contratual.

Assim, é retirado o fato de que o rateio e divisão dos lucros por parte destas concessionárias estarem previstas a partir das duplicações de rodovias estipuladas através de prazos e cronogramas. Porém, há 3 (três) anos está sendo retirado capital dessas empresas, para que certamente seja alegado num futuro próximo que não existem verbas para a execução de obras previstas em contrato. Estão, em outras palavras, forjando justificativas para ausência de apresentação formal de diversas obras a serem realizadas em rodovias pedagiadas no Paraná.

REQUERIMENTO Nº 4656

Senhor Presidente:

Pelo presente, a Deputada Luciana Rafagnin, REQUER justificativa de sua ausência na presente Sessão em razão de estar participando enquanto Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, do primeiro encontro das famílias beneficiadas pelo Projeto Água e Qualidade de Vida no Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 4652

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Missao Ueta, do lar, com 76 anos de idade, no último dia 21 de setembro em Curitiba.

Missao Ueta era filha do Sr. Hiroshi Yassaka, e da Sra. Sakae Yassaka, e era viúva do Sr. Yukio Ueta. Deixa 5 (cinco) filhos: Namio Ueta, Matie Ueta, Seidi Ueta, Milton Mitomi Ueta e Lidia Leicas Ueta. Deixa ainda 07 (sete) netos.

A família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 4653

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Yoneko Arashiro Miyagui, do lar, com 85 anos de idade, no último dia 23 de agosto em Curitiba.

Yoneko Arashiro Miyagui era filha do Sr. Seiei Arashiro, e da Sra. Matsu Arashiro. Deixa 5 (cinco) filhos: Neyde Miyagui, Neli Uesu, Nelson Miyagui, Nelci Shin'ike, Neiva Megumi Higaki. Deixa ainda 12 (doze) netos e 03 (três) bisnetos.

À família enlutada os sinceros pêsames.
Sala das Sessões, em 23/09/09.
(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 4655

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Ribeiro, pelo falecimento do Sr. Luiz Antonio Ribeiro, ocorrido no dia 21 de setembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Ribeiro, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 23/09/09.
(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 4646

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de votos de congratulações e aplausos à 2ª Tenente Caroline Costa pela capacitação no curso de Controle de Distúrbios de Civis (CDC), oferecido pela Polícia Militar por intermédio da Companhia de Choque.

Por tratar-se de um curso bastante concorrido, proporciona aos estudantes um treinamento de alto nível, que permite aos profissionais, atuarem em situações envolvendo distúrbios civis, como reintegrações de posse, rebeliões, situações de calamidade pública e manifestações violenta em dias de futebol. Diante destes fatos não podemos deixar de parabenizar à Tenente Caroline por mais esta conquista da mulher dentro dos padrões da Polícia Militar do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia.

Sala das Sessões, em 23/09/09.
(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 4648

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER, depois de se ouvir o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações para a população de Luziana, pelas comemorações do aniversário de criação do Município no dia 25 de setembro.

Luziana, foi Distrito de Campo Mourão, desde 1965, e foi criado através do Decreto nº 8549/78, assinado pelo então Governador Álvaro Dias.

Seu fundador foi Adaucto da Silva Rocha que deu o nome da Cidade em homenagem a Luiza e Maria Luiza, respectivamente mãe e filha do fundador.

Possui vários núcleos comunitários que são: Valinhos, Campina do Amoral, Klabin, Ponte Branca, Cava Funda, Bairro dos Inácios e Serra Molhada.

Com uma população aproximada de 7 mil e 200 habitantes, localizada na região administrativa da CON-CAM dista 35 Km de Campo Mourão.

Seu Prefeito Municipal é José Cláudio Pol, em nome de quem a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumprimenta toda a população em festa.

Sala das Sessões, em 23/09/09.
(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 4649

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que depois de ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com menção honrosa, para a atleta de Maringá, Ana Paula Caetano de Oliveira, de 13 anos de idade, que em disputa das 5ª Olimpíadas Escolares Brasileiras, na semana passada em Poços de Caldas (MG), venceu a prova de Salto em Altura do campeonato de atletismo.

Representando o Colégio Estadual Gastão Vidi-gal a jovem Ana Paula foi campeã do salto em altura, atingindo a marca de 1,45m. Ana Paula alcançou a marca de 1,63m na fase de classificação em Curitiba, considera o recorde da categoria pré-mirim e aguarda homologação.

Pela sua classificação em Poços de Caldas, Ana Paula Caetano de Oliveira, além da medalha de ouro, ganhou o direito de representar o Brasil no Campeonato Sul-Americano que será disputado no Equador.

Sala das Sessões, em 23/09/09.
(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 4647

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que depois de ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com menção honrosa, para a atleta de Campo Mourão, Karoline Tavares, de 14 anos de idade, que em disputa das 5ª Olimpíadas Escolares Brasileiras, na semana passada em Poços de Caldas (MG), alcançou o 1º lugar na prova do lançamento do disco.

É atleta revelada pelo trabalho do professor de Educação Física, Paulo César da Costa.

Representando o Colégio Vicentino Santa Cruz, a jovem Karoline Tavares foi campeã do lançamento do disco, atingindo a marca de 31,70m.

Pela sua classificação em Poços de Caldas, Karoline Tavares, ganhou o direito de representar o Brasil no Campeonato Sul-Americano que será disputado em

novembro no Equador.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 4650

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que depois de ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa voto de congratulações, com menção honrosa, para a atleta de Maringá, Giovana Teles, que em disputa das 5ª Olimpíadas Escolares Brasileiras, na semana passada em Poços de Caldas (MG), foi a 2ª colocada (medalha de prata) na modalidade de judô feminino.

A jovem Giovana, foi a 2ª colocada (medalha de prata) na modalidade judô feminino representando do Colégio Regina Mundi de Maringá.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 4651

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que depois de ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com menção honrosa, para a atleta de Maringá, Amanda Barros de Souza, que em disputa das 5ª Olimpíadas Escolares Brasileiras, na semana passada em Poços de Caldas (MG), foi a 3ª colocada (medalha de bronze) na modalidade de atletismo.

A jovem Amanda, foi a 3ª colocada (medalha de bronze) na modalidade de atletismo, prova de lançamento de dardo representando o Colégio Estadual Rodrigues Alves, de Maringá.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 4657

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado na Ata da Sessão Legislativa de hoje, voto de congratulações e aplausos à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - pela comemoração de seus 100 anos de sua fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Eduardo Cantelli DD. Reitor, para que receba e transmita à todos os demais diretores daquela instituição de ensino.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em data de hoje, a Universidade de Tecnologia Federal do Paraná (UTFPR) comemora 100 anos de fundação. Foi criada em 1909, como Escola de aprendizes,

artífices, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, tinha muito pouco a ver com sua versão atual.

Abrir escolas é fechar prisões. Eis porque nosso coração se enche de júbilo ao ensejo da passagem dos 100 anos dessa querida instituição de ensino. Bem haja aqueles que não pouparam esforços para proporcionar aos jovens desta bendita terra o pão do saber.

O homem moderno não dispensa os conhecimentos que só a escola ministra. E não só a educação que ela proporciona. É na escola que o jovem recebe os primeiros instrumentos que a habilitarão a lutar pela existência.

A universidade é árdua e trabalhosa, bem a reconhecemos. Lidar com a influência e a mocidade demanda qualidades excepcionais aquelas que se entregam a essa nobilitante mister.

É pois com uma demonstração desse nosso sentir que encaminhamos o reconhecimento que dedicamos a todos os diretores e auxiliares de nossa Universidade Tecnológica do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 4645

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações aos 30 anos do Coral Paraná.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com a intenção de despertar o interesse pela música entre os funcionários públicos e, ao mesmo tempo proporcionar-lhes momentos de cultura e lazer, no ano de 1979, o Governador Ney Braga determinou, à época que três Secretários: de Cultura e Esportes, do Planejamento e o de Recursos Humanos, hoje Secretaria de Estado da Administração e Previdência, se responsabilizassem pela criação do Coral Paraná, o que aconteceu oficialmente em 06/10/79.

A primeira apresentação oficial, com 126 integrantes, foi em 06/07/80, na missa realizada em frente ao Palácio Iguazu, com a presença do Papa João Paulo II, quando de sua visita à Curitiba. Hoje são 54 integrantes do Coral. De 1979 até agora, foram centenas de apresentações nos mais diversos centros culturais do Paraná e até de outros Estados, dominando um repertório eclético, que inclui músicas de compositores brasileiros como Tom Jobim, Chico Buarque, temas sacros, músicas clássicas, eruditas e folclore do Paraná e do Brasil, entre outros. É patrocinado pelo Governo do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, contando com o apoio da Assembleia Legislativa.

Além destas apresentações de caráter festivo, o Coral Paraná canta em hospitais, asilos, creches, enaltecendo com alegria o cantar, e também organiza bingos e bazares beneficentes, cuja renda proporciona lanche e presentes aos internos de diversas entidades existenciais, levando carinho e um pouco de alegria à esses enfermos tão carentes de atenção.

O regente é Paulo Kuhn, auxiliado por Paulo Murilo e Jonatas Jessé Borges. As apresentações sempre são iniciadas com o Hino do Paraná, cuja música é do autor paranaense Bento Mossurunga e a letra de Domingos do Nascimento, hino que o Coral Paraná usa como marca e para divulgá-lo.

REQUERIMENTO Nº 4667

Senhor Presidente:

Requer envio de ofício ao Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Ênio Verri, solicitando que seja definida a data para pagamento de benefícios retroativos, de janeiro a agosto de 2009, referentes ao Plano de Cargos e Salários dos funcionários das escolas estaduais do Paraná, que conquistaram avanço na carreira por meio do Programa Pró-Funcionário do Ministério da Educação.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado estabeleceu o Plano de Cargos e Salários para os funcionários das escolas estaduais formados pelo Programa Pró-Funcionário do Ministério da Educação. Isso significa um aumento salarial por meio da qualificação da categoria. Algumas turmas já concluíram o programa em 2007 e 2008. Ocorre que o Governo definiu a data de inclusão do aumento salarial, referentes aos protocolos apresentados pelos funcionários, na folha de pagamento apenas a partir do mês de setembro deste ano, mas não estabeleceu quando vai fazer esse procedimento, referente aos meses de janeiro a agosto de 2009. Os funcionários das escolas estaduais estão apreensivos quanto à indefinição da data referente à inclusão do aumento nos salários passados. O Governo do Estado já sinalizou a favor de incluir esses valores retroativos. Por isso, tendo em vista a definição do pagamento na folha de setembro, pede-se que esta Secretaria avalie a previsão da data para o pagamento dos meses anteriores.

Saliento que o Programa Pró-Funcionário tem o apoio da Secretaria de Estado da Educação e de várias entidades representativas do setor. O Governo estadual apoiou a iniciativa tornando-a realidade para os funcionários das escolas paranaenses.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

REQUERIMENTO Nº 4668

Senhor Presidente:

Requer envio de ofício à Secretária de Estado da Administração e Previdência, Maria Marta Lunardon, solicitando que seja definida a data para pagamento de benefícios retroativos, de janeiro a agosto de 2009, referentes ao Plano de Cargos e Salários dos funcionários das escolas estaduais do Paraná, que conquistaram avanço na

carreira por meio do Programa Pró-Funcionário do Ministério da Educação.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado estabeleceu o Plano de Cargos e Salários para os funcionários das escolas estaduais formados pelo Programa Pró-Funcionário do Ministério da Educação. Isso significa um aumento salarial por meio da qualificação da categoria. Algumas turmas já concluíram o programa em 2007 e 2008. Ocorre que o Governo definiu a data de inclusão do aumento salarial, referentes aos protocolos apresentados pelos funcionários, na folha de pagamento apenas a partir do mês de setembro deste ano, mas não estabeleceu quando vai fazer esse procedimento, referente aos meses de janeiro a agosto de 2009. Os funcionários das escolas estaduais estão apreensivos quanto à indefinição da data referente à inclusão do aumento nos salários passados. O Governo do Estado já sinalizou a favor de incluir esses valores retroativos. Por isso, tendo em vista a definição do pagamento na folha de setembro, pede-se que esta Secretaria avalie a previsão da data para o pagamento dos meses anteriores.

Saliento que o Programa Pró-Funcionário tem o apoio da Secretaria de Estado da Educação e de várias entidades representativas do setor. O Governo estadual apoiou a iniciativa tornando-a realidade para os funcionários das escolas paranaenses.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 509/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica - Missão Shalon, com sede e foro no Município de Piraquara.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Terapêutica - Missão Shalon, é uma entidade beneficente sem fins lucrativos, que tem por finalidade precípua a recuperação e reintegração à sociedade de pessoas dependentes de substâncias psicoativas, desenvolvendo suas atividades sem discriminação de raça, cor ou religião, contando para o desenvolvimento de seus objetivos de uma equipe técnica formada por pro

fissionais tais como: psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, teólogos e técnicos de reabilitação em dependência química.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Comunidade Terapêutica - Missão Shalom do Município de Piraquara.

PROJETO DE LEI Nº 510/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a reversão da doação, ao patrimônio do Município de Quedas do Iguaçu, da doação do lote urbano nº 12 com área de 465m² da quadra nº 42, com as seguintes confrontações: frente, medindo 25m, à rua Alecrim; fundos, medindo 11,70m, terrenos do lote 16; lado direito, medindo 22,50m, o lote 11; lado esquerdo, medindo 32,40m, os lotes 13, 14 e 15, registrado com a Matrícula de nº 1244, Livro nº 2 - Registro Geral de Imóveis, em 27/01/89.

Parágrafo Único. O mencionado lote urbano, foi doado para o Estado do Paraná, através da Lei Municipal nº 015, de 29/11/88, para a construção da sede do Pelotão da Polícia Militar de Quedas do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/09/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A presente doação foi feita mediante a condição de que seria construído pelo Governo do Estado a sede do Pelotão da Polícia Militar de Quedas do Iguaçu, conforme determina o artigo 2º da Lei Municipal nº 015, de 29/11/88.

Como a área do lote em questão não foi utilizada pelo Governo do Estado, pois foi construída a sede da Polícia Militar em outro local no Município de Quedas do Iguaçu, nada mais justo que seja procedida a reversão da referida área ao Município outorgante doador.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do referido projeto de lei.

Pequenos Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, inicialmente quero aqui cumprimentar, hoje pela manhã tivemos uma Audiência Pública

proposta pelo Deputado Professor Lemos para debater a questão de subsídios dos policiais militares, vários Deputados, Deputadas estiveram presentes, também nossas galerias cheias, e interessante que o que eles pedem é algo tão pequeno que passou batido.

O que eles querem é realmente trazer para a Constituição Estadual aquilo que já está disposto na Constituição Federal.

E quero aqui cumprimentar os Deputados que já de manhã assumiram o compromisso de assinar a emenda constitucional, o Deputado Lemos está colhendo assinaturas, eu já me comprometi, e dizer que realmente estão de parabéns os policiais que se mobilizaram, até porque realmente é uma situação muito delicada de você ver várias simbologias lá no holerite dos policiais militares, e quando se anuncia um aumento de 20%, na prática às vezes não chega a 2%, porque o aumento é em cima do soldo e o soldo, em algumas situações no Estado do Paraná, é até menor do que o salário-mínimo - não é que ele recebe menos que o salário-mínimo - depois tem uma série de outras gratificações.

Então, na prática, eliminaríamos todos esses penduricalhos e criaríamos um subsídio que, a partir dele, você começa a falar em ganhos reais para os policiais militares.

Então, cumprimentando principalmente os policiais militares que vieram do Paraná inteiro para cá, cumprimentamos a todos os policiais militares, mesmo aqueles que aqui não estiveram, mas estiveram muito bem representados. Está aqui o Coronel, Presidente da AMAE, que também junto com os demais componentes da AMAE estavam aqui hoje pela manhã e foi muito produtiva a Audiência Pública. E também, na qualidade de Líder do PSB nesta Casa, agradecer aos paranaenses, aos telespectadores da TV SINAL pela intenção de voto demonstrada aos pesquisadores do IBOPE em relação ao candidato, nosso companheiro Deputado Ciro Gomes, do PSB. Um candidato que, sem apoio da máquina, demonstrando suas ideias aqui e acolá, em alguns meios de comunicação que lhe abrem espaço, tem conquistado uma fatia significativa do eleitorado brasileiro. E aqui no Paraná, em alguns quadros, ele chega até em 1º lugar na pesquisa de intenção de voto. É lógico que a pesquisa reflete o momento, a eleição é no ano que vem.

Então, gostaríamos de agradecer o apoio demonstrado pelos paranaenses nas pesquisas, respeitando, é lógico, os demais candidatos, mas o fato que chamou a atenção do Brasil foi esse crescimento na ordem de 5% do nosso companheiro, sem ter apoio de máquina e nem da grande mídia. Na verdade ele está correndo através dos pequenos espaços que lhe são franqueados.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Aproveitar e fazer um derrabreiro esclarecimento, V. Exa., Deputado Tadeu, que como ninguém sabe o que

é, muitas vezes, não ser entendido nas suas colocações. Já faz mais de um ano que tenho dito nesta Casa que o PSB não seria coadjuvante no processo eleitoral, nem estadual e nem nacional. E na verdade, como membro do diretório nacional e membro da executiva estadual sabia o que estava falando. O PSB tem se colocado à disposição do eleitorado brasileiro e aqui no Estado do Paraná numa proposta.

Em relação ao episódio de Curitiba, já deixei claro aqui nesta tribuna quando o ex-Deputado Luciano Ducci voltou para o partido, que a partir daquele momento ele voltou a ser companheiro e como tal eu faria críticas e também defesa. Estou aqui para dizer o seguinte: que o Vice-Prefeito de Curitiba, que ele não entre nessas provocações que lhe são feitas, que isso, na verdade, tem um propósito. Não sabemos a quem, mas ele não precisa fazer isso, ele tem companheiros nesta Casa, ele tem companheiros no Estado do Paraná, que ele siga à frente da Secretaria de Saúde, que tem feito um excelente papel, inclusive sendo destaque nacional e internacional com as políticas públicas, que como demonstrado aqui na semana passada, num aparte pelo Deputado Ademar Traiano, o Prefeito Beto Richa jamais questionou a sua lealdade. E ela é inquestionável mesmo, porque a lealdade do Vice-Prefeito é plena, a coerência do PSB, que desde a primeira eleição do então candidato Beto Richa contra o candidato Ângelo Vanhoni, apoiado pelo Governador Roberto Requião, também estivemos juntos.

Já deixei claro que não adianta criar intriga, muito embora existam interessados nessas intrigas entre o PSB Estadual e o PSDB Estadual, porque não existe. Se efetivamente o Prefeito Beto Richa for candidato e renunciar, o PSDB Estadual estará apoiando sua candidatura. Assim como deixei claro, já há muito tempo, mesmo quando nem se cogitava o 4º lugar ao Deputado Ciro Gomes, se ele for candidato, o PSB do Paraná vai ter que equacionar essa situação. E não vai lhe faltar palanque aqui no Paraná. Mas isso é uma questão partidária. Não é questão do Luciano Ducci. Isso, no momento certo vamos ver como vamos resolver. Não vamos sofrer na véspera.

De qualquer maneira tenho que agradecer aqui o apoio que os paranaenses deram ao nosso candidato Ciro Gomes. E também agradecer a postura e a declaração, que espero ser verdadeira, de alguns membros do PMDB, que também se dispuseram até a apoiar.

Dizer o seguinte: o debate político, principalmente no ano pré-eleitoral, tende a se aquecer. Mas tem que se aquecer dentro de algumas regras, algumas posições, principalmente partidárias, elas só podem ser colocadas depois das convenções partidárias. E algumas convicções, sejam elas de ordem pessoal ou de ordem coletiva, como é o caso da nossa convicção do PSB Estadual, elas podem ser tornadas públicas, mesmo que antes da convenção. Mas não vamos sofrer na véspera. O fato é o seguinte: temos que enaltecer principalmente a postura do nosso candidato.

Um aparte do Deputado Mario Roque.

O Sr. Mario Roque (PMDB)

Estou sofrendo um processo de cassação, por infidelidade partidária, a pedido do PSB. Não há recíproca. Como é que o PSB agora vai apoiar o PSDB, no Paraná, e lá em cima vai contra o PSDB? Que fidelidade é essa então? Queria que o senhor me explicasse.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Com muito prazer, explico até porque fui um dos que assinei a ata para buscar o seu mandato, em virtude que o senhor mudou de partido. O senhor se elegeu pelo PSB e foi para o PMDB. Também explico em relação ao possível apoio ao Prefeito Beto Richa. Não é pelos belos olhos azuis dele, não é pela coerência de sempre termos caminhado juntos, somente ela pesa, mas não vamos aqui nos iludir, o PSB passaria a ter, até pela coerência de ter caminhado junto na primeira eleição do Beto Richa, na segunda eleição do Beto Richa, passaria a ter o segundo cargo político mais importante do Estado do Paraná.

Então, não vamos ser incoerentes que todo o partido almeja o poder. Por isso que a nossa convicção do PSB Estadual, em relação à candidatura do Prefeito Beto Richa, ela é líquida e certa, só não vê quem não quer. Quem falar qualquer coisa diferente é demagogia. Então, não somos demagogos, vamos falar a verdade é por isso.

É por isso que o Prefeito conta com a lealdade do Vice-Prefeito Luciano Ducci. É por isso que não temos nenhum constrangimento de tornar pública essa situação, como tornamos público que no momento oportuno vamos decifrar, como vamos resolver essa questão do Ciro Gomes, se ele for candidato. Se for, não faltará apoio do PSB do Paraná.

O Sr. Mario Roque (PMDB)

Muito obrigado.

Gostaria de saber, e é bom que seja público, o modo como o PSB se comporta no Estado do Paraná. Vai para um lado com o candidato ao Governo e lá em cima vai para o PSB. Isso é fidelidade. Eu não entendo que tipo de fidelidade é essa.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

O senhor está falando em verticalização que acabou.

Com o aparte do Deputado Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Reni, V. Exa. está coberto de razão, é histórico esse casamento entre o PSDB e o PSB aqui no Estado do Paraná. É inquestionável querermos criar qualquer tipo de animosidade, apesar de que aqueles que hoje, fragilizados, estão tentando usar como único argumento a possibilidade do Prefeito Beto Richa não poder postular essa possibilidade de ser candidato a Governador, porque tem o seu Vice-Prefeito na Prefeitura Municipal e ficaria nas mãos do PSB, que teriam candidato à Presidente da República.

É remota essa possibilidade, até porque tenho a leitura que a própria direção nacional do PSB, na nossa convicção, entendo, um Prefeito da Capital como Curitiba, é lógico que vai fazer o possível para manter essa aliança que é histórica. Não há nenhum tipo de divergência que possa marcar ou possa ferir essa lealdade que existe entre o Prefeito Beto Richa e seu Vice Luciano.

Acho que V. Exa. está coberto de razão, com muita tranquilidade. A verticalização acabou, não há essa obrigatoriedade.

Esse não é um fato único, porque aqui no Paraná já aconteceram no passado situações exatamente iguais a essa. Quem não lembra? O próprio Governador Requião não apoiou um candidato à Presidente da República quando o Vice era do PMDB.

Então, não há porque querermos contrapor essa sua posição. O senhor está coberto de razão e eu não tenho a menor dúvida que essa aliança está sacramentada aqui no Paraná. Acho que terá o aval inclusive do Diretório Nacional do PSB.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Já tem, Deputado Traiano, inclusive para aqueles fofoqueiros de plantão, se pensarem em levar essa questão ao Deputado Ciro Gomes, ele já tem conhecimento desta situação. Agora, dizer aqui que se confirmadas as tendências do eleitorado, o José Serra, um dos polarizadores da campanha, do outro lado o Ciro Gomes, pode ter certeza que a solução desta equação é bem mais simples do que se imagina. Ela já está construída e no momento certo será colocada aos eleitores do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O retrato social do Brasil e os dados que são apresentados a cada semestre, a cada trimestre, pelos indicadores oficiais, mostram que a desigualdade social no País diminuiu, inclusive no período da crise. Isto é muito interessante e mostra esta preocupação que o Presidente da República tem. E para nós, saber que o Ciro Gomes, que é de um partido aliado, começa a crescer nas pesquisas, é positivo; que a Marina Silva, que também é aliada, cresce nas pesquisas, também é positivo.

Por isso o Presidente Lula disse que a maioria dos candidatos tem concepção de Esquerda. Não são de Direita. Isto é positivo também para a República. E as desigualdades, o retrato social, muda a cada ano que passa. Vou passar alguns dados comparativos. Gostaria que constasse nos Anais da Casa, porque é fundamental para nós do PT, que governamos o País com muitos partidos aliados.

Por exemplo, a desigualdade de renda diminui, a queda se deu entre janeiro e junho de 2009. O índice de GINI cai de 0,493, menor patamar desde o início da série histórica, em 2002, mesmo no período da crise, medido entre janeiro e junho de 2009.

A pobreza metropolitana, vejam este dado, diminui 21,6%. O número de brasileiros com renda média familiar *per capita* até meio salário-mínimo diminui de 18,5 milhões em março de 2002, o último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, para 14,5 milhões em junho de 2009. Portanto, a pobreza metropolitana diminui 21,6% neste período, de 2002 a janeiro de 2009.

Trabalhadores formalizados, outro dado muito importante, inclusive ajuda na questão da Previdência: aumentou em 9% a proporção de trabalhadores formalizados, cresceu de 49% do ano de 2003 para 53,4% no ano de 2008.

Salário-mínimo, vejam, aqui está o grande salto que os brasileiros tiveram com o controle da inflação e o ganho real acima da inflação, todos os anos. Crescimento acima da inflação, medido pelo INPC-IBGE, entre janeiro de 2003 e agosto de 2009, em termos nominais houve um avanço de 133%. Mas, ganho real de 63% a mais neste período. Isto significa que o trabalhador, em 2003, se ele, na prática, conseguia comprar com R\$ 100 um produto, hoje ele consegue comprar quase o dobro deste produto. Quase dobrou a quantidade. Isto é muito relevante. Por isso é que aumentou o poder de consumo do povo, por isso é que o assalariado consegue consumir mais e ajuda, inclusive, na economia do País.

O analfabetismo, dados relevantes, muito importantes, entre os maiores de 15 anos, caiu de 11,8% de analfabetos em 2002, e caiu para 9,9% em 2007. Também um outro dado importante, o avanço no rendimento real médio do trabalhador, que ocorreu entre 2007 e 2008, um aumento de 3,5% a cada ano - por isso que deu aquela diferença do salário-mínimo de 63% ao ano, pois todos os anos há esse avanço. A participação da classe média cresceu em 24% entre fevereiro de 2003 e fevereiro de 2009, e isso corresponde a 52,7% da população que tem participação, que cresceu 24% no correspondente que tem ganho no poder de consumo. Isso além de outros dados, mas que infelizmente não me sobra tempo.

Só para finalizar, dizer que o Deputado Reni toca muito bem no assunto, mas para um partido conseguir disputar uma Presidência da República o ideal é que tenha a hegemonia nacional. A queda da verticalização é um desastre, do ponto de vista do fortalecimento dos partidos. Isso cria condições para que nos Estados se faça aquilo que é conveniente. Não existe Direção Nacional que consiga controlar os partidos nas instâncias regionais. Portanto, se não existe mais a verticalização - e de fato não existe - isso facilita um verdadeiro balcão nas questões regionais, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna com um resumo de um estudo que fizemos nestes últimos 14 meses, baseado no entendimento já divulgado, já até investigado com mais de 40 processos em paralelo, para tratar de um assunto que hoje é importante a todos os Deputados e a todo o Estado do Paraná. Este resumo traz informações pertinentes à economia do País, onde em 1996, quando do início do processo licitatório da concessão das rodovias do Estado do Paraná, onde o Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, juntamente com um estudo paralelo da necessidade não só da abertura para a concorrência pública e a utilização das rodovias estaduais para transformar em praças, e também a terceirização com a iniciativa privada quanto à questão dos pedágios.

Este estudo que levei realmente muito tempo, e que em certo momento não sei como desapareceu do meu gabinete, que já tínhamos repassado à imprensa parte desta informação, mas que hoje quero fazer a apresentação formal a todos os Deputados e também os encaminhamentos que iremos fazer a partir do dia de hoje.

Este estudo traz à memória primeiro a mudança da economia brasileira. Em 1996 tínhamos o Presidente Fernando Henrique buscando a reeleição já em 1998, mudando completamente o ritmo da economia, trazendo o dólar, já em 2000, com valores perto R\$ 3, e passado 2002, em alguns momentos chegando a quase R\$ 4. E esta análise da mudança da economia que todos esperávamos com a mudança do Governo do Presidente Lula, que efetivamente tivéssemos, Deputado Zucchi, um prejuízo não só *interna corporis* no Brasil, mas que os Governos tivessem um prejuízo incalculável na questão das arrecadações. Foi muito ao contrário, Deputado Mario Roque. Tivemos o crescimento econômico, o crescimento das indústrias em nosso País, a mudança da arrecadação dos Estados e dos Municípios, visto que em 2008 foi o recorde em arrecadação de todos os Estados e também da Nação, e talvez ainda em 2009 também chegue a um novo recorde.

Eu dei essa volta na história brasileira para vir falar sobre os pedágios, que no ano de 1998, quando efetivamente começaram a funcionar, esta Assembleia pouco sabia como seria o funcionamento dos pedágios. Sabíamos que a concessão estava dada, que as praças iriam começar a funcionar, e que à época o Governador Jaime Lerner também teve um susto quando das tarifas, as quais à época já eram altas, forçosamente foram baixadas a metade, chegando a ter um processo, o qual as concessionárias ganharam em todas as instâncias, retornando alguns meses às tarifas originais. E mais ainda, tendo um ganho de capital demonstrando prejuízo que obtiveram durante o período que houve a redução dessas tarifas.

O que aconteceu após essas tarifas? Em 2000 tivemos aqui no Paraná um aditivo dentro do contrato, que

em 1998 foram oferecidos 2 mil e 100 quilômetros de estradas, e como muito bem falou o Deputado Romanelli, foram apenas aceitos 230 quilômetros, num grande acerto, talvez o maior acerto da história deste País, com os valores ainda mantidos, valores de pedágio, ainda cheios, e que nós, à época, não sabíamos na Assembleia, eu já era Deputado e muitos que aqui estão já eram Deputados, não sabíamos disso, ninguém aqui acompanhou a licitação, *data venia*, Deputado Neivo, se acompanhou.

O nosso Secretário Deni Schwartz deveria ter vindo a essa Assembleia para explicar o que estava acontecendo. Mas a economia foi mudando, tivemos a recuperação da economia de uma maneira que os contratos, modificados e aditivados em 2000 e 2002, trouxeram ainda um prejuízo multiplicado, Deputado Marcelo Rangel, onde quero citar apenas um trecho, falando com o Deputado Jocelito que não está aqui, mas que deveria estar, o Deputado Plauto que talvez esteja nos ouvindo, falando apenas de Ponta Grossa, pegue na página de Ponta Grossa, por favor, Deputado Rangel, verifique na Rodonorte, na planilha grande onde você pega a empresa Rodonorte. Só no caso da Rodonorte, verifiquem a retirada das obras que foram feitas em 2000 e 2002, só o contorno, estou pegando apenas uma obra, só o contorno de Ponta Grossa, que seria um investimento da ordem de R\$ 41.000.846,43 quadro 4 da Rodonorte. Foram retiradas as obras do contorno de Ponta Grossa, no valor de R\$ 41 milhões, os quais não existem mais no contrato das concessões. Isto é, só Ponta Grossa já está tendo um prejuízo de R\$ 41 milhões.

Vimos todos os demais movimentos das concessionárias na retirada das obras, das intersecções, das duplicações, nas marginais, das ligações de todas as passarelas que foram retiradas, edificações e manutenções que se somam, no momento, 576 quilômetros de rodovia retirados, somando todas as empresas concessionárias.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Vamos partir para a arrecadação, até o momento corrigidos os valores das concessionárias, e digo que recebi hoje a informação, e já agradecendo a associação, a arrecadação das concessionárias oficialmente chega a ordem de 6 bilhões e 400 milhões, com valores corrigidos até hoje chega a R\$ 7.774.110.781,32.

Vamos fazer um comparativo aqui, novamente a Rodonorte. Ela arrecadou R\$ 2.770.875.547,83. Isto aqui não são dados oficiais das empresas. Foram investidos pela Rodonorte R\$ 316.349.014,00. Dentre R\$ 2 bilhões e 440 milhões existe apenas a diferença de R\$ 2.770.875.547,83. Falando apenas da Rodonorte.

Vou citar mais uma aqui, a Ecovia. Ela arrecadou, até o momento, R\$ 948.449.272,30, e investiu na rodovia R\$ 48 milhões 680 mil. Apenas R\$ 900 milhões de lucro. Aí a postergação, a análise da concessão que fiz, jurídica-

mente falando, do artigo 136, vinculado à Lei de Licitações, à Lei das Concessões, visto que era uma licitação internacional. No artigo 136, onde era obrigado a integração de capital em dinheiro, o que não foi constituído na época, não houve entrada de dinheiro, de depósito, e sim de fundos bancários que foram, após a licitação, com cartas de créditos de bancos e financiamento do BNDS para todas as empresas.

Mais ainda, o artigo 148, sobre a transferência de titularidade após a licitação. Houve um grande acerto logo após as licitações. As empresas ratearam as que tinham perdido as licitações e cotizaram os próprios pedaços que tinham sido divididos em seis lotes. As que perderam voltaram a ganhar as licitações. É uma coisa maravilhosa, não é, Deputado Dobrandino?

No artigo 151, da fusão entre as empresas, as quais já teriam negociado um acordo que quem ganhasse acataria com as demais na sequência, isto está nítido dentro das licitações. Eu li todos esses documentos aqui, individualmente. Tem documentos repetitivos. Apenas no aspecto jurídico, para você ter gordura dentro de uma licitação, este livro, que é o mais grosso de todos - tive realmente a calma de ler e buscar as informações que eram pertinentes - talvez, há o maior erro que um Governo possa ter passado e, também, baseado quase nos mesmos valores que o Banco do Estado deu de prejuízo aos paranaenses.

Vamos mais longe ainda. Diante da TIR - Taxa Interna de Retorno, que era estipulada em 18% em média para as empresas, neste momento, pelos cálculos atuariais declarados pelas empresas - não é o Deputado Kielese que está fazendo isso, são dados oficiais demonstrados pelas concessionárias - algumas delas chegam a ter a média de rentabilidade acima de 60% de lucro líquido, pagando os funcionários, que são 2 mil 408 funcionários no Estado do Paraná, dando um custo médio de R\$ 48 milhões, que temos de custo anual. Fazendo um paralelo da arrecadação/investimento, é o maior assalto já visto em um Estado. Quicá visualizar São Paulo, como devem andar as licitações dessa ordem por lá.

Hoje, entramos com quatro requerimentos. Sendo bem sucinto, o primeiro trata do bloqueio do caixa da arrecadação dos pedágios. Repito: não estou enviando e fazendo política em nisto aqui. Estive com o Procurador Geral da República, Dr. João Gualberto; estive como Diretor da Receita Federal; estive com o nosso Procurador Geral da Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior; os quais estão recebendo todos esses documentos na tarde de hoje, após o Plenário. Estamos pedindo o bloqueio do caixa da arrecadação dos pedágios, resguardando assim a necessidade de pagamento dos funcionários dentro do bloqueio; o pagamento dos impostos das Prefeituras; os impostos de manutenção das rodovias; obras em andamento; visando a garantia da execução futura das obras credenciadas.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Por que estamos pedindo isto, Deputado Edson Praczyk? Ressalto a todos os Deputados que já está havendo o rateio e divisão de lucros dessas empresas desde 2004. As empresas estão arrecadando os recursos e estão distribuindo a todos os que são sócios das empresas, não ficando dinheiro em caixa para execução das obras. Nos falaram agora, Deputado Plauto Miró, que seriam resgatados, só na questão da Rodonorte, 20 quilômetros por ano, o que significa uma média de 25 a R\$ 35 milhões numa arrecadação. Repito aqui os valores, para ficarem bem claros. Só os valores da Rodonorte chegam à casa da arrecadação atual de 2 bilhões e 770 milhões, Deputado Accorsi! E vão fazer 20 quilômetros no ano que vem! É uma coisa maravilhosa, Deputado Romanelli!

Existe um artigo que não foi buscado pelos processos. Não quero entrar com nenhum processo. Quem vai entrar com os processos vai ser a própria Justiça. Falamos com o Presidente Hoffman, falamos com os diretores que, no artigo 64, não haveria compensação sobre prejuízos ou diferenças, mas que haveria compensação se houvesse lucro excessivo dentro da licitação. Isso nos traz à pauta não só o desequilíbrio financeiro e econômico que o Estado está passando; nos traz à pauta uma série de objetivos que queremos, junto com a Assembleia Legislativa, e por isso pedi que distribuíssem os mapas das concessões das 27 praças de pedágio, somadas às investidas que esses processos poderão inserir em dezenas de processos, mas trazendo aqui também um requerimento da convocação de todos os proprietários.

Não queremos representantes que não tenham autonomia, como tivemos em uma comissão interna da Assembleia Legislativa. Queremos os proprietários, que tenham autonomia para responder a esta Assembleia Legislativa, que se diz realmente forte, mas que neste momento está totalmente enfraquecida.

Por isso, estou requerendo a chamada dos proprietários das concessionárias que administram as nossas rodovias do Estado do Paraná, para que venham a esta Assembleia Legislativa nos explicar o que está acontecendo.

A seguinte, tornando obrigatória a divulgação dos dados na internet das arrecadações, os investimentos, as contas correntes, que estão guardando e resguardados os valores para as futuras obras no Estado do Paraná, e faltando realmente não só um estudo que fizemos das licitações, PPs entre parcerias públicas/privadas não se pode ter alteração, repito, não se pode ter alteração internacional, dando aditivos e muito menos no resguardo dessas empresas que são privilegiadas sem nova licitação para que novos preponentes ou até pessoas, empresas, venham se habilitar novamente nos aditivos. Isto é, existem artigos da Constituição que demonstram a quantidade de erros, a quantidade de fraudes, a quantidade de mudanças

que ocorreram e que temos que defender, independente de sigla partidária.

Eu não estava apenas refletindo a respeito do prejuízo, mas quero responsabilizar pelas mortes ocorridas a partir de 2007 as concessionárias que não executaram as duplicações, porque 86% das mortes ocorridas no Estado do Paraná foram em rodovias não duplicadas, foram mais de 300 mortes até hoje.

Por isso, somam-se vários outros requerimentos pedindo a quebra de sigilo bancário e fiscal, para sabermos onde estão sendo aplicados os recursos arrecadados pelo pedágio, sabendo também que vou ser punido em algum momento, porque o poder econômico deles é uma coisa extraordinária. Mas, retroajo à licitação de 1998, solicitando que retroaja o aspecto da licitação de 1998 e iniciem imediatamente as obras de duplicações licitadas em 1998. Esta Casa não foi licitada, caso eu tenha errado, nem em 2000, nem em 2002 e muito menos foi comunicada a forma que foi feita até a concessão, dando apenas 230 quilômetros de manutenção das rodovias.

São documentos que vamos entregar imediatamente, são documentos consistentes depois de uma análise extremamente criteriosa com técnicos, com advogados renomados no Estado do Paraná, e que eles até - me penitencio neste momento - perguntaram: "Onde estava a Assembleia Legislativa naquele momento, Deputado?" Meus amigos advogados, eu digo que a Assembleia Legislativa estava omissa. Não podemos esperara benevolência, porque os rumores da política já indicam um pedido de postergação para a redução dos pedágios, comparativos entre as empresas que ganharam as rodovias federais; temos apenas um diferencial, em alguns casos, de 82% de lucro comparados aos demais. Minto, não são 82%, são 820% de lucro comparados às rodovias federais.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Kielse, em primeiro lugar cumprimentá-lo pelo trabalho de fôlego, que é digno de um Parlamentar. Acho que V. Exa. presta um grande serviço à população do Paraná quando se prepara para discutir um tema tão importante quanto este.

Todos concordamos que é preciso haver pedágio, mas ninguém do Paraná concorda com esse roubo. Tenho lá minhas dúvidas, se todo esse dinheiro que V. Exa. está contando, que ingressou na contabilidade dessas empresas, se não houve empresas paralelas também ingressando recursos paralelos não contabilizados, ou uma espécie de empresa cobrindo a outra.

Você vai daqui a São Paulo com R\$ 18; vai daqui ao Litoral por R\$ 25. São 400 quilômetros contra 80 quilômetros, que já estavam duplicados. A Assembleia não participou disso, porque foi um contrato assinado entre o Executivo e as concessionárias.

Lembro a V. Exa. que os dois Governos que mais investiram em estradas no Paraná foram o do Jaime

Canet, com US\$ 700 milhões, e o do Álvaro Dias, com US\$ 1 bilhão e 100 milhões. Naquela época, com US\$ 3 milhões se mantinham as rodovias sem buracos, no Estado do Paraná. Imaginem com todo esse dinheiro, como deveriam estar duplicadas as nossas estradas e tudo o mais.

Louvo a V. Exa. e me somo dizendo que a Assembleia Legislativa deve, sim, tentar fazer a sua parte. Sei que o Governo da época contratou os melhores advogados, em parceria com essas empresas, para fazer o melhor contrato possível para amarrar o governante. Como fizeram o melhor dos contratos, para lesar o Estado em vários setores. V. Exa. sabe perfeitamente disso.

Cumprimento V. Exa. e digo que me somo a esse trabalho muito importante. Tenho certeza que V. Exa. se associou a uma belíssima equipe técnica.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Obrigado.

Concedo um aparte ao Deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Ouvi atentamente o seu pronunciamento no gabinete. Recordei-me do período de 1999 a 2002, quando nós, e eu como Deputado de Oposição, questionamos diversas vezes na tribuna, o superfaturamento, concessão de rodovias do Estado do Paraná. Naquela oportunidade falávamos às paredes, porque muitos não queriam ouvir ou entender.

Onde estava a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná quando permitiu que um Governo extremamente mal intencionado organizasse um esquema, um arsenal jurídico fantástico, para permitir que durante 25 anos tivéssemos o domínio, a privatização de rodovias, com um preço de pedágio absurdamente alto?

Portanto, somo-me a V. Exa. Lembrar o quanto está custando caro ao Paraná esta questão do pedágio, o quanto está custando o roubo do BANESTADO, infelizmente, pela omissão ou conivência de muitos, em um grande esquema que hoje lesa o povo do Paraná.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Kielse, não posso deixar de registrar, como ao longo de minha vida estar lutando e combatendo esse malfadado pedágio. Parabenizar publicamente e manifestar a minha profunda admiração pelo seu trabalho, ao estudar toda essa matéria e apresentar números e informações relevantes, que abrem um novo rumo nesse contexto, que é a questão do pedágio.

Parabéns a V. Exa., que exerce o seu mandato com dignidade. Registrar aqui publicamente a minha admiração por V. Exa.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Concluindo, estou encaminhando e peço o apoio de todos os Deputados que aqui estão, porque não

é o Deputado Kielse, repito isso, é a Assembleia Legislativa que tem que ser respeitada neste momento.

Queremos trazer à pauta que essas obras em todo o Estado, por isso distribuí um resumo a todos os Parlamentares e a toda imprensa, peço à minha assessoria que distribua à toda imprensa este resumo que, repito, em apenas um caso, Deputado Plauto, o prejuízo, só em Ponta Grossa, da retirada de uma obra só, são 41 milhões.

Não podemos esperar benevolência ou boa vontade. Queremos uma ação de Assembleia.

Por isso vou passar pegando a assinatura dos Parlamentares que puderem nos ajudar, que vai ser entregue à Procuradoria da República, ao nosso Procurador Geral, Dr. Olympio, que faz presente um Procurador de Justiça neste momento aqui na Casa e ao Procurador Geral junto ao Tribunal de Justiça, que acorda e também se remete à assessoria Parlamentar do Presidente Hoffmann, que já sabe da medida e das necessidades que temos.

Queria agradecer ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, senhoras e senhores, telespectadores.

O assunto que me traz a esta tribuna na tarde de hoje já foi inúmeras vezes abordado por outros Parlamentares - Deputados Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins e outros mais que no momento fogue-me à memória - sobre o critério, muitas vezes, adotado na Comissão mais importante da Casa, a Comissão de Constituição e Justiça.

Para determinados equívocos ou determinadas decisões tomadas por alguns Parlamentares e também pelo Poder Executivo, costuma-se adotar uma frase em que se afirma haver dois pesos e duas medidas, ou seja, critérios múltiplos para determinadas coisas idênticas.

Onde quero chegar com esta introdução? Recentemente, Sr. Deputado Marcelo Rangel, apresentei uma proposta de reversão de imóvel ao patrimônio do Município de Quedas de Iguaçu. Na CCJ, a comissão em questão, foi apontado um vício inconstitucional, Deputado Mario Roque, Então, encontraram a inconstitucionalidade, que levou a minha proposta de lei, obviamente, a ser arquivada.

Para sanar esta situação eu, de pronto, apresento um requerimento solicitando o arquivamento do projeto. Ora se é inconstitucional, então eu pedi para arquivar o projeto e vou transformá-lo em indicação.

Mas onde está o critério dubio, Deputado Valdir Rossoni, que é um dos ícones políticos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e é com base em outros

projetos idênticos que foram por sua vez aprovados, é que eu faço uma questão de ordem, Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus.

A questão de ordem é embasada em três exemplos anteriores.

(Lê):

“Projeto de Lei nº 026/06 - Deputado Ademir Bier. Parecer favorável da CCJ - Deputado Hermes Fonseca. Sancionado pelo Governador em Exercício Hermas Brandão, Lei Estadual nº 15269.

Projeto de Lei nº 664/05 - Deputado Dobrandino da Silva. Parecer favorável da CCJ - Deputado Ratinho Júnior. Sancionado pelo Governador Roberto Requião, Lei Estadual nº 14982.

Projeto de Lei nº 100/04 - Deputado Nelson Garcia. Parecer favorável da CCJ - Deputado Antonio Anibelli. Sancionado pelo Governador Roberto Requião, Lei Estadual nº 14397.”

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

A segunda questão de ordem, Sr. Presidente, diz respeito também a uma outra proposta deste Parlamento. O assunto da proposta é instituir-se a Política Estadual de Segurança Contra Incêndios. Matéria esta que estou estudando há meses. Há necessidade de se criar uma política, a exemplo de Santa Catarina, onde se permita a criação, como existe o bombeiro militar, para que exista também a figura do bombeiro civil, do bombeiro voluntário. Em Joinville existe, e com sucesso. Quer seja iniciativa deste Poder, que o Governador se sensibilize e implante essa política.

(Lê):

“Projeto de Lei nº 349/09, protocolado em 07/07/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Assunto: Institui a Política Estadual de Segurança Contra Incêndios. Recebeu parecer contrário da CCJ.

Usurpação do Poder Competente - Vício de iniciativa. Em relação à constitucionalidade do referido projeto de lei, será protocolado uma indicação ao Governador do Estado, sugerindo a implantação desta Política Estadual Contra Incêndio.

Salientar que teve uma reunião com a diretoria do Departamento de Administração Escolar da Secretaria de Estado da Educação (Professora Ana Lúcia Schullan), apoiando tal iniciativa. Bem como o contato do Capitão Ivan - Comando Geral do Corpo de Bombeiros.

No parecer emitido pelo Deputado Artagão Júnior em relação ao mérito, inicia trazendo que o projeto de lei contém óbice legal, não se enquadrando dentro das regras da boa técnica legislativa, quando traz a expressão súmula erroneamente, quando se deveria utilizar a expressão ementa, dizendo-se que apesar de serem termos parecidos a Lei Complementar nº 095/98, utiliza o termo ementa.”

Eu, que não poderia simplesmente engolir essa justificativa, dando a entender que a minha assessoria é incompetente, me utilizei do manual do Poder Legislativo, do professor José Carlos Pereira Portela.

O Manual do Poder Legislativo - Publicado em 2009 pela Assembleia Legislativa, de autoria do Coordenador de Estados e Promoções Especiais, professor Portela, traz na página 28, da Seção II - Da Estrutura - no seu artigo 4º, parágrafo 1º, inciso II, a súmula, que descreverá sucintamente o objeto da lei.

(Lê):

Seção II

Da Estruturação

Art. 4º São partes constitutivas da lei o cabeçalho, o texto normativo e o fecho.

§ 1º O cabeçalho, destinado à identificação da lei, conterá:

I - a epígrafe, que indicará a espécie normativa, o respectivo número e a data de promulgação da lei;

II - a súmula, que descreverá sucintamente o objeto da lei;

III - o preâmbulo, que enunciará a promulgação da lei pela autoridade competente e, quando necessário, o fundamento legal do ato, adotando-se como fórmula básica a seguinte:

“O povo do Estado do Paraná, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei”.

§ 2º O texto normativo conterá os artigos da lei, os quais serão ordenados com observância dos seguintes preceitos:

I - os artigos iniciais fixarão o objeto e âmbito de aplicação da lei e, quando for o caso, os princípios e as diretrizes reguladores da matéria;

Em nenhum momento fala de ementa.

Na página 35 traz novamente a estrutura de projetos de lei e requerimentos de Plenário, quando da elaboração de tais proposições.

(Lê):

Quando se tratar de projeto de lei, requerimento de Plenário, o cabeçalho destinado à identificação da lei conterá:

a) a epígrafe que estará centrada indicará a espécie normativa, o respectivo número e a data da promulgação da lei.

b) A súmula descreverá sucintamente o objeto da lei.

c) O preâmbulo enunciará a promulgação da lei pela autoridade competente e, quando necessário o fundamento legal do ato, adotando-se como fórmula básica a seguinte:

“O povo do Estado do Paraná, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei.”

O texto normativo conterá os artigos da lei de forma ordenada, conforme é estabelecido.

Destacar ainda que no site do Governo do Estado - Sistema Estadual de Legislação, informa que possuímos até o momento 16 mil 213 leis estaduais, e no mesmo site está escrito “súmula” e não “ementa”.

O questionamento que eu faço é: quem está com a razão e quem está errado?

Deveríamos anular o termos súmula dos 16 mil 213 projetos de lei nesta Casa, apontando que há um erro gritante na expressão súmula?

Doravante deveríamos substituir o termo súmula dos nossos projetos por ementa.

A segunda questão de ordem que faço, também solicitando que a COPELEGIS emita, depois de um estudo aprofundado, com relação à utilização do termo “súmula” nos projetos de lei apresentados nesta Casa de Leis.

Porque eu não posso admitir que todos os Parlamentares utilizem-se do termo “súmula” e que o meu projeto tenha sido rechaçado, derrubado, recusado, porque deveria utilizar ementa.

Sr. Presidente, é inadmissível.

Enfatizando, estou aqui com as suas questões de ordem por escrito e a indicação, já tem vício de inconstitucionalidade, instituindo através dessa indicação a Política Estadual de Segurança Contra Incêndio.

Recebemos apoio da Polícia, na figura do Capitão Ivan, do Corpo de Bombeiros, que aplaudiu a iniciativa desta Casa através da nossa proposta, e também da Diretoria do Departamento de Administração Escolar da Secretaria de Estado da Educação, que recebeu cópia da nossa proposta, apoia e acha oportuna.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos num ano preeleitoral e no ano que vem tem eleições para Governador, Presidente, Deputados. E novamente o tema pedágio vem ser discutido no Estado do Paraná.

Lembrar um pouco o histórico dele. Na década de 90, através de um projeto do Deputado Neivo Beraldin, aprovou-se as concessões no Estado do Paraná. Esta Assembleia Legislativa, e lembro que faço parte da base aliada, continuo até hoje, lá era PFL, hoje é Democratas, mas toda a bancada de sustentação ao Governador votou a favor desta Lei de Concessões.

Na época, o Deputado Cleiton Kielse era correligionário, era membro do Democratas e membro da bancada de apoio ao Governador Jaime Lerner, que também aprovou este projeto de lei apresentado pelo Deputado Neivo Beraldin.

Depois disso, um ciclo de concessões começou a acontecer no Estado do Paraná. Entre eles as rodovias estaduais e uma boa parte das rodovias federais, sendo que era obrigação do Governo Federal fazer a manutenção delas, e infelizmente não fazia. Eu ia a Ponta Grossa diariamente, e no trecho de São Luiz do Purunã era impraticável se viajar nas rodovias. Tinha que ir de dia, porque à noite era uma buraqueira sem fim.

Enfim, dentro de um programa nacional, uma onda de concessões que existiam, telecomunicações, empresas de energia, enfim, vários segmentos da nossa economia foram entregues à iniciativa privada para ela fazer a conservação desses bens, dessas áreas, e naturalmente cobrar por aquilo que estava fazendo.

No Estado do Paraná, no ano de 1998, começou a cobrança do pedágio nas rodovias paranaenses. O famoso Anel de Integração. Posso dizer, um preço questionado, na época. Um valor muito elevado fez com que uma mobilização da sociedade acontecesse, de entidades. E aqui dentro da própria Assembleia Legislativa do nosso Estado do Paraná.

Logo em seguida, as eleições se aproximavam. E lembro hoje, o Deputado Alexandre Curi, que aqui está entre nós, o Deputado Aníbal Khury, Presidente desta Casa, foi em companhia de vários Deputados ao Palácio Iguaçu questionar o Governador do Estado pelo valor do pedágio que estava sendo cobrado. Entre eles, os Deputados da base aliada lá estiveram. Com certeza os Deputados Cleiton Kielse e os Deputados da nossa bancada, na época, foram questionar o valor. Houve uma redução, por pedido, e a pressão da Assembleia Legislativa, no valor da tarifa do pedágio.

Naturalmente, o tempo passou, uma eleição aconteceu, reeleitos os Parlamentares, o próprio Governador do Estado foi reeleito e depois de dois anos tivemos um aditivo que aconteceu nos contratos de concessão que foram dados à iniciativa privada. E nesse aditivo mudanças aconteceram. Várias obras que existiam no contrato foram modificadas e canceladas. Quem perdeu? Perdeu o usuário das rodovias do nosso Estado do Paraná.

Depois disso, tivemos eleições. E o próprio atual Governador, por duas vezes, trouxe ao debate na campanha eleitoral o pedágio. “Ou baixa, ou acaba”. E olha, recebeu muitos votos com esse discurso. Até hoje não recebeu. Vai fazer oito anos de mandato, Sr. Presidente, e o Governador do Estado não resolveu o problema. Ele é Governo! O Secretário dos Transportes é dele! E até hoje não resolveu!

Agora, uma documentação que tem o carimbo da Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná é entregue ao Parlamentar desta Casa, que traz estes questionamentos. Sr. Presidente, fiz parte de comissões de investigações, Comissão Especial de Investigação, nesta Casa, por duas ou três vezes. Lembro-me da primeira delas, o Deputado André Vargas, do Partido dos Trabalhadores, foi o Presidente da Comissão e os questionamentos aconteceram, foi ouvido o Secretário dos

Transportes da época, foi ouvido o Tizzot, hoje Secretário dos Transportes, como Diretor do DER na época, esteve o Diretor do DER do Governo passado, que implantou o pedágio no Estado do Paraná. Amplas discussões aconteceram e por todas as vezes que lá estivemos o debate foi amplo, foi público, com os meios de comunicação transmitindo as Sessões que lá aconteceram.

A verdade é uma e sempre deixei bem claro: está muito alto o preço do pedágio no Estado do Paraná. Queremos encontrar um preço justo para as concessionárias, que investiram os seus recursos e arrumaram as rodovias do Estado do Estado, e para isso cobram, e também para os usuários que trafegam nas rodovias e pegam lá na praça de pedágio a tarifa.

Enfim, novamente um tema tão polêmico volta à discussão. Acredito que a Secretaria dos Transportes deveria ter encaminhado para as comissões que aconteceram nesta Casa esses dados aqui, porque até então fiz parte das comissões e não recebemos dados como estes que hoje são debatidos e naturalmente dados como estes seriam bons nas discussões que já aconteceram. Agora, temos que ver a veracidade de tudo isso, e naturalmente investigações vão acontecer e deveremos acompanhar.

Defendo, sim, um pedágio justo para os usuários, que pagam, e justo para as concessionárias, que mantêm arrumadas as rodovias do Estado do Paraná, que lá no passado eram rodovias impraticáveis, eram intransitáveis de tanto buraco e um verdadeiro perigo a todos aqueles que viajavam por elas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, para que não fiquem dúvidas na Casa, quero dizer ao Deputado Plauto Miró que, espelhados na lei do Fernando Henrique Cardoso, quando fez a Lei das Concessões a nível nacional, fizemos a Lei das Concessões a nível de Estado. Isso nada tem a ver em relação ao preço do pedágio. Absolutamente nada! A Assembleia Legislativa não discutiu o preço do pedágio e ninguém daqui poderia imaginar que fosse feito um contrato tão lesivo, a um preço tão elevado. E dizer que a Lei das Concessões não versa só sobre esse assunto, mas são todos os outros assuntos da economia, parceria público-privada.

Portanto, que não parem dúvidas de que tenhamos participação nesse processo.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A pedido do Professor Lemos, concederemos, por alguns minutos, a palavra ao Prefeito João Costa, de Porto Barreiro, que vai falar sobre a implantação da Universidade Federal da Fronteira, no Estado do Paraná.

Com a palavra o Prefeito João Costa.

Sr. João Costa - Prefeito de Porto Barreiro

O SR. JOÃO COSTA

Boa-tarde a todas e a todos!

Quero agradecer inicialmente ao Presidente Nelson Justus por ter nos concedido este momento. Também agradecer ao Deputado Professor José Lemos, por ter feito o convite, que aceitamos de pronto, porque achamos importante este debate sobre a Universidade Federal da Fronteira Sul, que com certeza é de fundamental importância para o Paraná, para o Sul do Brasil e, é claro, para o País. Também quero agradecer ao Presidente da Comissão de Educação, o Deputado Péricles de Mello, que também não tem medido esforços pela Educação no Paraná.

Quero dizer que falo em nome do Município de Porto Barreiro, na condição de Prefeito, também na condição de Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu - órgão que também foi fundamental para esta conquista - também em nome daqueles que tiveram que sair do território para fazer um ensino de 3º grau, que este é o nosso histórico recente, até esta conquista, e também como membro do quinto Município que mais investe proporcionalmente, do seu orçamento, em Educação no Paraná.

Vou versar basicamente sobre onde se insere a Universidade Federal da Fronteira Sul no contexto geral, contexto de crise do capitalismo, onde você tem um paradigma que mostra sinais de desgastes, e que de certa forma o ensino superior público e privado, por muitos anos, foi utilizado, inclusive para aprofundar a segregação social e também a dominação imperialista. Isto, de certa forma, tem sido o histórico do ensino superior público.

Até 2002, tínhamos apenas 8% da população jovem entrando na universidade; hoje, com o Governo Lula, ampliamos para 12%, mas é só olhar o retrospecto que vemos que tem muita luta para se fazer para a universidade seja uma realidade na vida da juventude egressa do ensino médio. E também a discrepância entre aqueles que são oriundos da escola pública e aqueles que são da escola privada, tem cursos que chegam a 94% de escola privada dentro da universidade.

Não precisa dizer que o capitalismo precisa de diferenças regionais, tem gente que precisa produzir matéria-prima para que uma outra região possa transformar e assim por diante. O desenvolvimento foi torno no Sul do Brasil. E essa faculdade vem corrigir essas discrepâncias. E aí então temos uma concentração e exclusão social e econômica muito forte, sobretudo territórios rurais, que produzem muito riqueza, mas ao mesmo tempo convivem com misérias. E aí você tem um quadro de depressão completa, aonde a depressão econômica, social e política se combinam. E a universidade então surge como um novo vetor de desenvolvimento social e econômico, e também dentro de um processo endógeno de desenvolvimento, quer dizer, de dentro para fora. E no nosso caso, a Universidade Federal da Fronteira Sul nas-

ceu da proposição dos movimentos sociais e liderança políticas desses territórios.

Mas tudo isso tem um significado pedagógico, porque a universidade não foi dada pelo Governo Federal; foi uma universidade conquistada, o que é muito diferente em todos os processos de implantação de universidades federais até aqui. Não é uma bondade, simplesmente, do Governo. E eu quero dizer isso porque participei do Movimento Pró-Universidade, mas também quero reconhecer aqui o quanto o Governo Lula tem feito pelo ensino federal público de 3º grau.

Quero dizer que temos na base desse processo uma vontade e vários programas de Governo. Mas por que no território Cantuquiriguaçu um *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul? Porque estamos passando, nesse território, por mudanças drásticas do ponto de vista estrutural. É o maior território reformado do ponto de vista da reforma agrária do País, ou um dos maiores. E isto tem trazido outros pontos que antes não estavam incluídos na pauta da região, como por exemplo o investimento em Educação e a busca pela Educação Superior, de qualidade, e pública. E também temos nesse território contradições gigantes que incitam a presença de movimentos sociais grandes, como o MST, o MPA, e a Via Campesina. E também temos lá um Fórum permanente de debate, que é CONDETEC, e com um plano diretor desse território organizado, que colocou diretrizes para o desenvolvimento. É fundamental a presença da Via Campesina, que mobiliza Municípios e que faz a mudança estrutural do território.

Vou dizer agora como conseguimos tudo isso. No início estávamos discutindo não uma universidade federal, mas sim uma universidade popular, a partir da iniciativa de alguns movimentos sociais e de algumas Prefeituras progressista do território. A exemplo de Mondragón, um território basco na divisa da França e Espanha, que tem a maior cooperativa do mundo, com 150 empresas, esse grupo tem a sua própria universidade. Mas no Rio Grande do Sul a luta era outra, era pela inclusão no programa do Governo Federal de interiorização do ensino superior. O Governo Federal teve várias iniciativas neste campo, primeiro o ProUni, que criou vagas nas instituições privadas para filhos de classe baixa estudarem através de bolsas de ensino. Segundo foi o REUNI, que foi o reaproveitamento de vagas remanescentes e todo um sistema de financiamento. E, por último, o programa de interiorização, que foi a criação de extensões das federais que já existiam para territórios que não tinham acesso ao ensino superior. Mas muitas regiões ficaram de fora.

Aí, a grande luta foi pela expansão, para que outros territórios pudessem ter acesso ao ensino superior gratuito, público, federal. Nessa fase fizemos uma proposta de fazermos um só movimento para trabalharmos por uma grande universidade para os três Estados do Sul. O Ministro Fernando Haddad já havia recebido muitas caravanas solicitando universidade, mas de forma desorganizada do ponto de vista de uma grande movimento, e

lançou o desafio: “Ou vocês unificam o movimento, ou não têm universidade.” Aceitamos o desafio, voltamos para a região, fizemos um grande seminário em Chapecó, unificamos o movimento e forçamos um diálogo permanente com o MEC, através da criação de um grupo de trabalho que ficou responsável pela elaboração do Projeto de Lei n.º 2199/07, num primeiro momento apresentado pelo Deputado Federal Cláudio Vinhati, de Santa Catarina, e depois reelaborado pelo grupo de trabalho e apresentado pela comissão, nomeado pelo MEC. Tivemos três frentes, trabalhando sobretudo, no ponto de vista do debate interno, discutindo as linhas fundamentais dessa nova universidade para o desenvolvimento local sustentável. Num outro campo dialogando diretamente com o Governo, através da comissão.

A terceira via é articulação política no Congresso. Vale aqui destacar a atuação de alguns Parlamentares paranaenses, como é o caso do Dr. Rosinha, o Deputado André Vargas, que é Presidente da Comissão de Finanças na Câmara; o Senador Flávio Arns, como Presidente da Comissão de Educação; a Ideli Salvatti, Senadora de Santa Catarina, que foi a relatora final do projeto; o Sr. Ministro Haddad; o professor Dilvo Ilvo Ristoff, que foi o Presidente da Comissão de Implantação da nova universidade; o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul. Essas figuras foram fundamentais na articulação. Em nível estadual, tivemos aqui o Professor Lemos, o Deputado Péricles e vários outros Deputados que estiveram na base desse movimento.

Temos uma tarefa árdua enquanto movimento pró-universidade no debate com o MEC. Atualmente, estamos discutindo com o MEC, com a comissão, e agora, já com o Reitor Pró-Tempore nomeado, que é o próprio Presidente da Comissão, professor Dilvo Ristoff. Já definimos quais os cursos. São 39 cursos para iniciar o processo, espalhados em cinco *campi*, sendo dois no Rio Grande do Sul - Cerro Largo e Erechim, um em Santa Catarina - Chapecó, que será a reitoria e dois no Paraná - Realeza e Laranjeiras do Sul. Laranjeiras do Sul, que faz parte do Território Cantuquiriguaçu, terá cinco cursos e 260 vagas. No total, a universidade terá 2 mil 160 alunos, num primeiro momento, e 39 cursos, como já disse.

A forma de acesso à nova universidade se dará por meio do ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio. No Paraná já temos 155 mil concluintes do ensino médio, mas temos 242 mil inscritos no ENEM. Quer dizer, a juventude está ligada no processo de seleção. No Brasil temos 3 milhões de concluintes e 4 milhões inscritos. Quer dizer, não vai faltar aluno para a nova universidade. Fizemos todo um processo de mobilização local para que realmente os filhos dos nossos agricultores, a nossa população se inscrevesse para disputar as vagas. No *campus* Cantuquiriguaçu vamos disputar esses cinco cursos preliminarmente, e daqui a quatro anos vamos disputar para que seja implementado quantos cursos são necessários e possíveis. A prioridade será para alunos oriundos da escola pública. Esta é uma tônica no debate. Estudamos

um bônus na nota para que seja garantido esse acesso. É uma forma de fazer justiça, uma vez que 89% dos alunos de ensino médio estão na escola pública, mas quando vai para a universidade esse número se inverte.

Então, precisamos corrigir essa justiça histórica. Hoje, os projetos arquitetônicos dos *campi* já estão prontos. Os editais para concursos também já estão prontos, para professores e técnicos, aguardam apenas ordem do Ministério do Planejamento para serem executados. Tem uma data prévia do concurso de professor, será no dia 22 de novembro. E já foi sancionado pelo Presidente, agora no último dia 15 de setembro, e o Reitor Pró-Tempore já está nomeado.

Qual é a conclusão disso tudo? De longe é a maior conquista do Território Cantuquiriguaçu, da região de Laranjeiras do Sul e adjacências, e para mesorregião, grande fronteira do MERCOSUL, com certeza. E é uma revolução que se instala a partir da Educação, com a superação do subdesenvolvimento nos territórios. É a garantia de um horizonte para juventude que, muitas vezes, está sem perspectiva. E claro, é um debate firme, racional, sobre a soberania nacional, num cenário de crise geral do sistema capitalista, crise energética, alimentar, ambiental, social, ética, política, de civilização, eu diria. E a geração de empregos diretos e indiretos: 20 técnicos, professores, os cargos de educação, de direção reitoria. E é, também, a garantia da dinamização econômica imediata, porque já começou, inclusive, especulação imobiliária e outros. Então, é um grande projeto, com toda certeza.

Quero fazer aqui, Presidente, se me permite, um agradecimento público ao Presidente Lula, um operário quase analfabeto, mas que teve a ousadia e é o campeão em criação de universidades federais no País, os dados comprovam isso. E, é claro, agradecer o convite, Professor Lemos, agradecer essa honra de estar nesta tribuna fazendo esta apresentação. Já estive aqui em 2005, por ocasião da Audiência Pública sobre os atingidos por barragens, e agora voltamos aqui por uma causa muito nobre, justa e bela.

Então, parabéns a todo o Estado do Paraná e à Região Sul, por terem grandes conquistas nas mãos, e agora é só fazer acontecer o desenvolvimento rural sustentável que tanto sonhamos.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Subo a esta tribuna para falar a respeito de uma Audiência Pública que considero que foi histórica. Aconteceu nesta manhã, aqui na Assembleia Legislativa, a Audiência Pública com policiais civis e militares, reivindicando o subsídio como forma de remuneração para os policiais de todo o nosso estado. Considero histórica, e aqui gostaria de parabenizar o Presidente da Comissão de Segurança e o Deputado Professor Lemos, que foi o proponente da Audiência, porque estavam 17 Deputados e uma Deputada, a Deputada Rosane, aqui nessa Sessão. E muito mais do que a presença, assumiram um compromisso de assinar a PEC, a Proposta de Emenda Constitucional, que vai fazer valer os subsídios para os policiais do nosso Estado. As galerias estavam lotadas.

Queria deixar registrado também que uma Audiência Pública tão importante para a Segurança Pública do nosso Estado deveria ter sido transmitida ao vivo pela TV SINAL, aliás, todas as Audiências deveriam ter transmissão aqui da nossa TV, para que as pessoas, os nossos cidadãos, tivessem acesso a todas as informações.

Quando cheguei a este plenário, a Proposta de Emenda Constitucional já estava sendo subscrita pelos Deputados que estavam presentes na manhã e por outros Parlamentares. E neste momento eu posso comunicar a todos os profissionais de Segurança Pública do Estado do Paraná que conseguimos mais de 18 assinaturas. E a proposta está com o Deputado Lemos. Mas, o mais importante não é só dar início à proposta, mas principalmente a votação de 33 Parlamentares para que a emenda seja promulgada pela Assembleia Legislativa. Isso é diferente, não é como um projeto de lei que tem apenas um autor, essa proposta não tem uma autoria, essa proposta, neste momento, tem 19 autorias e poderá chegar a 54 autores.

Assim, desejo que todos os Deputados que têm comprometimento com a Segurança Pública do nosso Estado, os Deputados que sobem muitas vezes a esta tribuna cobrando mais respeito e valorização aos nossos policiais, possam subscrever para que a proposta possa vingar.

Principalmente, parabenizar também aquelas pessoas que lotaram as galerias da Assembleia, para que a mobilização continue. Estamos protocolando hoje, que é um dia histórico e favorável aos policiais, mas é apenas o primeiro passo de uma grande trajetória e luta.

Perguntaram-me agora há pouco, no SBT: “O senhor acredita que vamos conseguir a PEC?” Eu disse que acredito, e se depender de mim, vou tentar sensibilizar todos os meus colegas de Plenário, inclusive V. Exa., Deputado Romanelli, os Deputados da base aliada, para que consigamos os 33 votos necessários. Para a tramitação, 18 assinaturas. Já começou a tramitar. Mas para a aprovação precisamos de 33 votos. É uma luta difícil, mas se Deus quiser vamos conseguir, porque começamos bem. A Audiência Pública foi muito boa.

Neste momento, dando essa informação a todos os profissionais, e principalmente àqueles que lutaram por muitos e muitos anos aqui no Parlamento, pedindo valorização,

respeito e investimento nesta área. Talvez estejamos apenas a poucos passos de uma grande vitória. Como falei, não necessitamos da sanção do Governador. Somente os Parlamentares que aqui estão, e a cada policial, a você que está me assistindo, na Cidade mais longínqua, pode cobrar do seu representante, para que ele também assuma esse compromisso.

Essa reivindicação se arrasta por muitos e muitos anos. Já existe uma determinação em Brasília e é perfeitamente constitucional. Esse subsídio vai ser muito importante para a valorização profissional, porque qualquer reajuste que seja feito terá base nele. Hoje, o soldo do policial é vergonhoso, porque não acompanha nem o salário-mínimo vigente no País, quando mais o salário-mínimo vigente no Estado do Paraná. O salário dos policiais se torna colcha de retalhos, com várias gratificações que a qualquer momento podem ser canceladas. Não existe garantia com relação à gratificação. Com o subsídio existe, sim, garantia.

Por isso, Srs. Parlamentares, vamos começar essa grande jornada. Como democrático que sou, gostaria de ouvir o nosso Líder do Governo. Mas antes de ouvi-lo, Deputado Romanelli, também gostaria muito de ver a sua assinatura nesta proposta dos profissionais. Eles gostariam muito de estar aqui como estiveram hoje de manhã, neste momento, para ouvir o senhor dizer “Sim, vou votar, vou assinar a PEC e estarei apoiando também, como Líder do Governo, e liberando a Bancada Governista, porque a proposta é muito boa”. Tenho certeza que ouviremos os aplausos e os gritos entusiasmados de todos os policiais do Estado Paraná, com um aceno positivo de V. Exa.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Rangel, em primeiro lugar quero dizer que gosto de vê-lo na tribuna. V. Exa. sabe falar, argumentar bem, tem ênfase, acredita naquilo que fala, embora tenha que reconhecer que V. Exa. não é democrata. V. Exa. é socialista, porque o PPS é o Partido Popular Socialista.

Mas quero dizer o seguinte: penso que hoje pela manhã, a Audiência Pública realiza sob a presidência do Deputado Ademir Bier, com a presença de diversos Parlamentares, foi extremamente importante, um debate democrático, aberto, franco, enfim, penso que o debate tem que se dar nesse nível elevado mesmo. Era isso, inclusive, que sempre se pretendeu em relação a Comissão de Segurança Pública.

Em relação à PEC, vou repetir o que falei hoje aqui neste plenário lotado, que este tema, na verdade, tem que ser bem debatido, bem discutido, porque não podemos iludir as pessoas, dizer, criar uma panacéia como se transformar as verbas variáveis que recebe um policial militar, que nós sabemos, os Praças tem uma carreira, os Oficiais tem outra. Talvez o subsídio seja muito bom para os

Coronéis da Polícia Militar. Tenho muitas dúvidas se é bom para as Praças, em função da diversidade, das condições para quem tem curso superior, para quem é bombeiro, para quem é músico, para quem é combatente, ou seja, são muitas variáveis.

Penso que o tema, na verdade, tem que ser profundamente debatido e discutido à luz, é claro, do interesse dos próprios servidores públicos militares. E esta Casa, é claro, tem que promover este debate.

Eu, sinceramente, li por alto a PEC, que naturalmente deverá ser assinada pela CCJ, pela COPELEGIS, enfim, tem que ser analisada juridicamente, mas eu só penso o seguinte: uma questão é a questão salarial que envolver a Polícia Militar, que é um tema que tem que ser tratado e está sendo tratado. O outro tema é a PEC. Não vamos transformar a PEC aqui de iludir as pessoas, daqui a pouco, que aprovou a PEC e vai ter um reajuste de 50% no valor do salário do policial militar, porque temos que tomar um certo cuidado com isso. Eu sei que não é esta a sua intenção. Mas, como diz sempre o Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém, vamos analisar direito primeiro isto para ver se efetivamente é isto que devemos fazer.

Agradeço, Deputado Rangel, e por favor prossiga no seu pronunciamento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço o aparte, Deputado Romanelli. A galeria repleta de Praças, Soldados, que estavam pedindo para todos os Parlamentares.

Então, vamos analisar e tomara Deus que consigamos o seu voto, consigamos sensibilizá-lo de que realmente é importante para os nossos Praças, para os nossos policiais.

Agora, gostaria de deixar também aqui registrado que, infelizmente, mais uma vez não tivemos a presença do Secretário da Segurança Pública em mais uma Audiência Pública de extrema importância.

O Secretário não gosta da Assembleia Legislativa, porque eu, em três anos como Deputado, nunca vi o secretário vir aqui ao plenário para dar explicações ao povo do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não ouvi todo o pronunciamento do Deputado Cleiton Kielse. Mas sempre tenho dito uma coisa, há uma coisa na vida que confirma os atos de uma pessoa, só existe uma coisa: é o tempo. O tempo é a razão de si, o

tempo vai contar quem você é, o que você é e o que você era. Acho estranho o Deputado Kielse, com todo respeito que tenho por ele, meu amigo, um grande Parlamentar, sabe defender seus Municípios, mas essa mudança de comportamento, o Deputado Kielse hoje condenando o pedágio veemente. Quando ele era do PFL, o mesmo partido do Governador Jaime Lerner, que implantou o pedágio no Estado do Paraná, na época eu nunca vi o Deputado Kielse levantar a voz contra o pedágio. Só agora que ele mudou de partido, foi para o PMDB, enaltece Roberto Requião e critica o Governo passado em todos os sentidos, em todos os aspectos. Como se o Paraná tivesse sido recriado, tivesse surgido após. O que se fez até 2003 não tem valor nenhum para muitas pessoas.

Mas quero mostrar o outro lado. Se não fosse a industrialização no Estado do Paraná, com toda certeza não teríamos a receita que temos hoje. Ora, o Paraná era conhecido como fundo de quintal de Santa Catarina e São Paulo. O Paraná era o Estado que produzia matéria-prima e a industrialização acontecia nos outros Estados. E foi na época que o nosso Presidente Nelson Justus era o Secretário de Jaime Lerner, de 1995 a 1999, que houve a grande industrialização no nosso Estado. As montadoras, tão criticadas para quem é Governo hoje, são as grandes responsáveis pela geração de mão de obra, de emprego, de impostos, e são as grandes responsáveis pela vitória que o Governo conta, na exportação via porto de Paranguá, que é o setor automotivo um dos grandes responsáveis junto com o agronegócio.

Agora, quando se fala em pedágio, eu não concordo com o alto preço cobrado. Ninguém concorda. Mas para você reduzir o custo do pedágio só existe uma forma: existe um contrato, senta-se na mesa e negociam-se as partes. Unilateralmente, você não vai resolver nunca.

Agora me desculpa, hoje é dia 23 de setembro de 2009, na campanha de 2002, e lá se vão sete anos, quando alguém bateu na mesa e disse: "Ou o pedágio baixa, ou acaba". O pedágio não baixou e nem acabou. Passaram-se quatro anos depois de 2002, veio uma outra eleição: "Os Caminhos da Liberdade. Não consigo acabar com o pedágio, porque está muito bem amarrado; não consigo reduzir o preço, porque o contrato foi muito bem feito. Mas vou construir os Caminhos da Liberdade." E os eleitores do Paraná reconduziram mais uma vez Roberto Requião ao Governo do Estado.

Estamos em setembro, este Governo tem seis meses. Roberto Requião tem 180 dias ainda de Governo, porque ele vai renunciar ao seu mandato, porque ele vai postular uma vaga no Senado. Então faltam seis meses. Aí vem um Deputado aqui na Assembleia para requestrar a questão do pedágio no Estado do Paraná. Me desculpe, mas se alguém queria reduzir o custo do pedágio, tivemos oportunidade aqui, sim. Um projeto que apresentamos e que foi rejeitado. Vou ler o projeto, para não dizer que o meu projeto visava beneficiar as concessionárias. O

nosso projeto visava beneficiar o usuário. Olha o que diz o projeto:

(Lê):

“SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 068/08

SÚMULA:

Autoriza o Governo do Estado do Paraná a adotar medidas com escopo de reduzir as tarifas de pedágio nas rodovias que compõem o anel de integração.

Art. 1º Para efeito de reduzir as tarifas de pedágio nas rodovias que compõem o Anel de Integração no Estado do Paraná, fica o Poder Executivo autorizado a desonerar as respectivas empresas concessionárias quanto:

I - ao pagamento das verbas de fiscalização das rodovias pedagiadas, destinadas ao DER;

II - ao pagamento das verbas de reaparelhamento das Polícias Rodoviárias Federal e Estadual;

III - a responsabilidade das concessionárias sobre as estradas vicinais que não compõem o Anel de Integração e que retornarão à tutela do Governo do Estado.

Art. 2º O valor proporcional às desonerações dos custos previstos no artigo anterior, deverá ser deduzido da tarifa paga pelo usuário da rodovia.

Art. 3º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Curitiba, 25/03/08”.

Comentário sobre o Substitutivo Geral nº 068/08.

Artigo 1º, inciso I.

Eu já disse uma vez, quando pagamos o pedágio algo em torno de 5% para o Governo do Estado fiscalizar as rodovias, as concessionárias. Nós pagamos. O usuário paga para o Governo. O Governo do Estado ganha dinheiro limpo das concessionárias.

Eu disse: abra não disso.

A Bancada do Governo liderada não abriu mão e derrubaram o meu projeto.

Inciso II, também foi rejeitado.

Artigo 2º, pois bem, vejam os senhores, e vou citar um exemplo de novo, vou cansá-los, o Anel de Integração é a BR-277, ligando Curitiba a Paranaguá. Só, nada mais. O resto é penduricalho.

A rodovia Alexandra-Matinhos é um penduricalho, que a empresa ganhou a licitação pelo maior número de obras que oferece. Nessa praça de pedágio você paga também a conservação da BR-277, Antonina a Morretes. Na praça de pedágio você também paga a conservação da Estrada da Graciosa. Tudo numa praça de pedágio. Disse nesse projeto: tira tudo fora isso aqui, tira fora Alexandra-Matinhos e volta a tutela ao Governo do Estado. Retira do pedágio aquela ligação da 277 a Morretes e Antonina e o Governo do Estado assume isso. Isso vai reduzir o custo do pedágio.

Ora, se o Governo do Estado quer reduzir o custo do pedágio, abre mão daquela porcentagem que o Governo do Estado ganha mensalmente de todas as concessionárias. Se for pouco, ou bastante, não interessa. Então que seja 2%. Já reduziu em 2% o pedágio no Estado do Paraná.

Srs. Deputados, não venham dizer que o projeto do Deputado Elio Rusch veio para beneficiar as concessionárias. Não! O nosso projeto era para beneficiar o usuário.

O pedágio é alto? É, mas sentem à mesa e negociem, não façam da forma que estão fazendo. É a mesma coisa que um contrato de locação, você vai locar um imóvel, seja comercial ou residencial, você tem um contrato e só consegue alterar o valor e o prazo desse contrato se você sentar com o locador e o locatário. Um sozinho não altera o contrato. Não sentam-se.

O pedágio foi mal concebido? Foi. É caro? É. Tem que reduzir? Tem. Mas, como? Sentar à mesa. Unilateralmente, rompendo o contrato como o Governo está fazendo, ele sozinho querendo reduzir, não reduz. Senta com a concessionária e procura uma forma de reduzir o pedágio no Estado do Paraná.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) **(Pela Ordem)**

Como citado durante o discurso do Deputado Elio Rusch, uma reflexão apenas. Tenho certeza de que ele não está falando com o seu coração. Certeza absoluta. Só o trecho Guarapuava-Cascavel e Cascavel-Foz do Iguaçu, que foram retiradas obras, somam-se quase R\$ 80 milhões em obras, em benefício da sua região. Não caberia, realmente, ao Deputado Elio Lino Rusch, defensor do Sudoeste e do Oeste, falar de coração sobre este assunto.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) **(Pela Ordem)**

Peço para o seu Governador Roberto Requião, a quem o senhor defende, que ele pegue a concessionária e possa restabelecer as obras.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Concedemos a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Recebo e-mail do Roberto Carlos de Andrade; da Elisabete, que também manda um e-mail. Está querendo uma audiência com o Deputado. Quero explicar à Elisabete que não tem que pedir audiência, não. É nosso dever atender às pessoas que nos procuram, e atender com alegria, com prazer. E sempre que possível procurar resolver os assuntos que nos são encaminhados.

Tenho e-mail da Paloma Cielsque, Secretária do Projeto do Drogas Zero, também querendo trazer o pro-

jeto da associação, por parte do presidente da associação, Dr. Fernando Cielsque. Hoje, a droga é a maior desgraça que há no mundo. E temos que dar todo apoio no combate aos traficantes de drogas e todo apoio para recuperar os dependentes químicos.

Do professor José, de Foz do Iguaçu, uma vítima desta política educacional do Governo Roberto Requião, que está ferrando o professor que fez concurso para um segundo padrão.

Do radialista Léo Santos, um dos milhões de brasileiros desempregados. Vemos na TV, no jornal, propaganda enganosa: estão criando empregos, está diminuindo o desemprego. Parece que para os políticos, porque o povo mesmo, quase em toda família tem alguém desempregado e não acha trabalho.

Tem o e-mail do Vanderson: *Estou ansioso e espero que seja aprovado este subsídio aos policiais militares. Que Deus ajude para que os argumentos apresentados sensibilizem a todos.* Assinamos hoje uma emenda à Constituição. Tem a minha assinatura Eram necessárias 18 assinaturas para a emenda poder tramitar, para que seja corrigida uma injustiça que o Governo faz com os policiais, desde 1998. Faz 11 anos, é da Constituição que os policiais têm direito ao subsídio. Eles estão perdendo 25% do seu salário por causa dessa injustiça, dessa sacanagem. Quer dizer, um policial que ganha R\$ 2 mil por mês, somando os penduricalhos, como a Constituição não está sendo respeitada e não há o subsídio, ele perde R\$ 500 por mês. Multiplica isso no mês a mês, ele está perdendo exatamente o equivalente à prestação de um carro popular, sendo que o policial tem uma profissão de risco e está sempre com a vida em jogo, seja quando ele está no trabalho combatendo os bandidos, ou até quando está de folga, porque às vezes prende o bandido, o bandido sai da cadeia e depois ele fica ameaçando, e já teve caso de um policial sair para passear em um domingo com a família e tombar morto na mão do bandido que se sentiu prejudicado pelo policial. O salário está pouco, e se é lei, temos que aprovar.

Agora, é bom que o Paraná inteiro saiba, nome por nome, quem está assinando a emenda à Constituição, quem é que vai apoiar, de fato, com discurso, com assinatura e com o voto para aprovar esta emenda Constitucional. Porque se for uma emenda Constitucional, o Governador tem apenas que se curvar e cumprir a lei. E não é como um projeto, em que o Governador veta, vem aqui e aí esta Casa considera que o Governador está certo, derruba o veto e não serve para nada o projeto que foi debatido nas comissões e que foi debatido amplamente em Plenário. Emenda Constitucional não, porque tendo 33 Parlamentares aprovando para corrigir e aplicar esse direito aos policiais, o Governador terá que cumprir, porque passa a ser emenda Constitucional.

Sr. Presidente, é interessante. Estamos recebendo aqui a visita do grande e querido advogado, o Dr. David Batista, conhecido também carinhosamente como David da Lapa. Ele é amplamente conhecido em muitas Cidades

do Paraná, brilhante advogado que se faz acompanhar aqui do empresário Lauri Paluc, do Júlio Carvalho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Presidente do Conselho de Desenvolvimento Comunitário, o Júlio Carvalho. Então, temos aqui o Lauri Paluc, que é comerciante, o advogado David Batista e o Júlio Carvalho. E o que está acontecendo? É outra sacanagem.

Todo mundo sabe que tem que ter aterro sanitário, que é importante reciclar o lixo, mas ninguém quer o danado do lixo perto da sua casa. Bota o lixo para lá! Pois bem, temos um grande respeito pelo Paraná e pelo Brasil, mas em Mandirituba a população, de um modo geral, está indignada, porque o atual Prefeito prometeu que se fosse eleito ele não levaria o lixo de Curitiba para Mandirituba. Era promessa de campanha, bonito e o povo aplaudiu. Viva o Prefeito! Está eleito. O povo botou o voto na urna e ele foi eleito. Mas e depois de eleito?

Agora tem essas coisas que dá que a pessoa esquece o que combinou e o que não combinou, ou o que prometeu e o que não prometeu, Deputado Romanelli, V. Exa. que está indignado, é um homem de palavra, é nosso adversário ferrenho, V. Exa. fala mais bem do Requião do que o Requião dele mesmo, tamanha a perfeição na defesa do Governo Requião, de quem somos Oposição.

Então, as pessoas que aqui estão participando, o Lauri Paluc e o Júlio Carvalho, com outros moradores de Mandirituba e com ONGs, dentre elas a ONG Ação Ambiental, de um movimento para não aceitar em Mandirituba lixo de outros Municípios, do consórcio, mas falar em consórcio o povo não entende. Quer dizer, se Mandirituba tem o problema do lixo, ela que resolva. Agora, não vamos pegar o lixo de uma outra Cidade e jogar lá. O Prefeito está alegando que levar o lixo para Mandirituba, e portanto ele não cumprir com o que prometeu durante a campanha, e até curiosamente, quem é Vice-Prefeita de Mandirituba? É a Sandra Sigman, que por sinal é do Partido Verde, e ela aderiu ao Prefeito também. Então, o Prefeito está dizendo que levando lixo para botar urubu, rato, aranha, tudo quanto é tipo de bicho, o mau cheiro, e até possibilidade de doenças, que isso vai melhorar o caixa da Prefeitura. Mas a maior prioridade do Prefeito e dos Vereadores deve ser com a saúde do povo, e acima de tudo estamos aqui com um relatório, Mandirituba vai perder muitas empresas, Mandirituba é hoje o maior exportador de frango que tem no Paraná, produz em grãos 16 milhões; aves de corte, quase 60 milhões; camomila, quase 3 milhões; oleicultura, R\$ 29 milhões, plantação de fumo rende 7 milhões e 300 mil, frutas, 2 milhões e 200. Quer dizes, quase 118 milhões, e ainda tem caprinos, bovinos, suínos, madeira, tem leite que rende mais 17 milhões.

O que pode acontecer com Mandirituba? Leva o lixo para lá, de início é uma coisa boa, diz o Prefeito, porque ele está preocupado com o caixa da Prefeitura, vai cheirar mal vai ter empresa que vai embora, vai cair o padrão, a qualidade do frango, vai exportar menos, isso

vai provocar desemprego. Então, a médio prazo vai cair a receita do Município.

Então eu quero, aproveitando a visita do Dr. David, do Lauri Palu e do Júlio Carvalho, dizer, cada Município que administre esse problema do lixo que é sério, que é o problema do aterro, mas é uma falta de total consideração ao povo de Mandirituba.

Estou aqui para dar solidariedade à Mandirituba, e dizer nada de lixo de fora nem em Mandirituba e muito menos em outras Cidades. Cada Município tem a responsabilidade de cuidar e resolver o problema que é seu. Mas o que está acontecendo? Estão querendo pegar o lixo de Curitiba e levar, para infernizar, e deixar mau cheiro, rato, barata, em cima desse povo tão trabalhador que é o povo de Mandirituba, que não merece esse tipo de tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PT. Com a palavra Deputado Professor Lemos.

Liderança do PT: Deputado Professor Lemos

O SR. PROFESSOR LEMOS

Uso o horário do PT, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, nossos visitantes.

Nosso partido faculta esse horário para que possa falar da nossa Universidade da Fronteira Sul, que aqui muito bem explicitou o Prefeito João Costa, de Porto Barreiro, que é presidente do Conselho de Desenvolvimento da Cantuquiriguaçu, do CONDETEC, uma Universidade importante para o Paraná, para o Sul do Brasil e para o Brasil.

Queremos aqui cumprimentar toda região de Cantuquiriguaçu, do Sudoeste, do Oeste do Paraná. Lá em Realeza, o dia de hoje, também foi feito um ato festivo saudando a chegada da Universidade da Fronteira Sul. Assim como fizemos há 15 dias em Laranjeiras do Sul. Parabéns às lideranças políticas, sindicais, sociais, lideranças de Igrejas, que unidas fizeram essa brilhante conquista para o Paraná, para a classe trabalhadora e com um corte importante que tem como tema a terra essa universidade. Portanto, servirá à causa da agricultura familiar do nosso Estado do Sul do Brasil. Parabéns aos Vereadores, aos Secretários que já foram nominados aqui.

Venho também a esta tribuna para saudar o Município de Nova Aurora, onde passei a minha infância, que dia 25 completará 42 anos. Estaremos lá, nessa importante Cidade do Estado do Paraná que nos acolheu no período de infância.

Também quero cumprimentar aqui os policiais civis, militares, suas representações que estiveram aqui na Audiência Pública na manhã de hoje, aproximadamente 400 pessoas estiveram aqui debatendo Segurança Pública. Foram 18 Deputados que estiveram aqui também ajudando debater Segurança Pública do Estado do Paraná e ouvindo a representação da Polícia Militar, da Polícia Civil, vendo

os dados, constatando as reivindicações e acolhendo as reivindicações. Quero destacar a presença do Gutierrez, representando toda a Polícia Civil, e quero destacar, de forma especial, a presença do Coronel Furquin. Ele que está conosco nesta tarde acompanhando a Sessão, ele que preside a AMAI, que é a entidade que representa do Soldado ao Coronel. Ele preside com maestria, com inteligência, com serenidade, mas também com muita energia. Parabéns, Coronel Furquin, que esteve aqui nesta Casa em março deste ano, visitou todos os agricultores dos 54 Deputados, protocolou documentos nesta Casa. Estudamos a reivindicações que a AMAI trouxe, fizemos uma reunião em nosso gabinete, com a presença de advogados da AMAI, entendemos que esse debate não pode ser de um Deputado, tem que ser do conjunto desta Casa.

Por isso, o primeiro passo foi procurar o Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, também sou titular desta comissão, em dois momentos tínhamos marcado Audiência, e por motivo de força maior esta Casa teve que suspender. Agora, na presidência do Deputado Ademir Bier, falamos novamente com ele, tivemos reunião com todos os membros da comissão, que acolheu o pedido que fiz. Tivemos o apoio do Presidente Nelson Justus, que aqui aproveitamos para agradecer. Esta Audiência foi convocada e foi um sucesso.

Todos que aqui falaram, Deputados, representantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, enfim, foram vários que falaram e as exposições levaram os Deputados que aqui estavam a concluírem, depois de quase 12 anos que foi mudado o texto da Constituição Federal, com, a Emenda nº 019, de julho de 1998, que precisávamos também alterar a Constituição do Estado do Paraná. A nossa Constituição precisa refletir o texto que está escrito na Constituição Federal, por força da Emenda nº 019. Os nossos policiais tomaram um prejuízo, porque a Emenda 98 foi assimilada pelo Governo do Paraná com relação ao prejuízo, aos débitos. Então, foi debatida na carreira e no contracheque do servidor militar e do servidor da Polícia Civil a mudança propalada e formulada pela Constituição Federal, mas os benefícios não foram acolhidos.

O soldo da Polícia Militar, aqui no Paraná, é uma vergonha! Não chega a R\$ 400. Está abaixo do salário-mínimo, descumprindo a Constituição Estadual que determina que o soldo não pode ser inferior ao salário-mínimo. Aqui no Paraná, para chegar no salário-mínimo, o Governo paga um complemento, que aí chega no salário-mínimo. Acontece que as vantagens do policial incidem sobre o soldo. Como o soldo não sobe, está congelado, ele tem prejuízo, porque invoca o Governo a reforma à Emenda nº 019, a mudança da Constituição Federal. Invoca essa reforma para justificar que não pode acontecer o efeito cascata que acontecia sobre o soldo. Por isso, congelou o soldo e isso traz prejuízo maior para o Soldado, para o Praça, não é para o Coronel, é maior para os Soldados. É por isso que os Soldados, os Cabos e os Sargentos estavam aqui. É por isso que estavam aqui, também os Coronéis, os Capitães, os Tenentes, os Majo-

res. Estava toda família militar aqui, do Soldado ao Coronel, e todos com suas entidades aqui representadas falaram numa só voz que, para ter dignidade salarial, é preciso alterar a Constituição do Estado, depois de quase 12 anos que o texto já foi mudado em Brasília.

Vários Estados já alteraram a sua Constituição. Só para ter exemplo, tem Estado com economia inferior à nossa, mais pobre que o nosso Estado, como o Estado do Sergipe, governado pelo nosso companheiro do PT, Marcelo Déda, em seu segundo mandato, que paga um salário maior do que o Estado do Paraná está pagando à nossa Polícia Militar.

Por isso, acolhemos o pleito da Polícia Militar no dia de hoje. Recebemos o apoio de mais 23 Deputados e Deputadas que assinam esta PEC, que foi protocolada na Mesa na tarde de hoje. E queremos o apoio dos 54 Deputados aqui desta Casa, porque a Segurança Pública não tem cor partidária. A nossa população deseja, precisa e começa valorizando quem trabalha fazendo a Segurança.

Portanto, os nossos policiais militares, neste momento, precisam do nosso apoio. E, na sequência, vamos também fazer o debate com a Polícia Civil e encaminharemos também com os Srs. Deputados a mudança para que a Polícia Civil também seja remunerada pelo subsídio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia a presença da Vereadora de Medianeira. E agradece também ao Vereador, Presidente da Câmara de Rio Branco do Sul e ao seu assessor, a pedido do Deputado Stephanes.

No horário do PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

(Declina)

No horário do PDT, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Quero lembrar aos Srs. Deputados que temos ainda a antecipação da Sessão de quinta-feira para hoje e, posteriormente, às 18h, a pedido do Deputado Péricles de Mello, vamos comemorar os 100 anos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Agradeço a lembrança, Presidente. Hoje comemoramos 100 anos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná em uma Sessão Solene. Convido todos os Srs. Deputados para participarem dessa Sessão.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Sr. Presidente, sugiro a V. Exa. que zere o painel para que possamos ter a volta dos Srs. Deputados que não estão aqui, alguns em seus gabinetes, porque vamos ter problema de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No momento da votação, assim o faremos.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin

O SR. NEIVO BERALDIN

Certo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Paraná sofre com as chuvas e sofre muito, 3 mil e 300 pessoas estão atingidas, o Município mais atingido é União da Vitória. Na Região Metropolitana de Curitiba temos grandes problemas com relação às chuvas, alguns Municípios do Paraná já decretaram situação de emergência. Enfim, a nossa solidariedade às famílias, às quase 300 pessoas que estão desabrigadas e que estão necessitando da atenção especial por parte dos Prefeitos, dos Deputados, dos Governos. Enfim, a nossa solidariedade e o nosso compromisso de estarmos na noite de hoje junto com os Prefeitos e os Vereadores, as lideranças, percorrendo a Região Metropolitana e socorrendo aquelas pessoas que pudermos atender.

Então, também subo à tribuna para dizer que solicitei uma Audiência Pública para o dia treze de outubro de dois mil e nove, às 9h da manhã, para que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, convidando palestrantes do mais diversos segmentos, possamos debater, agora de forma oficial, a ideia do bonde elétrico metropolitano como solução de transporte de massa da nossa Cidade Curitiba e da Região Metropolitana. Percebemos que as pessoas sofrem muito com o transporte coletivo, o transporte está caro, está moroso, está superlotado. E vejo como alternativas utilizarmos os trilhos de trens que estão hoje situados em Curitiba e na Região Metropolitana para estabelecermos um transporte de massa, com hora marcada de saída e de chegada. Não há necessidade de desapropriar nenhum metro quadrado, porque o espaço é suficiente, para construirmos três trilhos. Pode se pensar em retirar os trens que fazem barulho, hoje, na Cidade de Curitiba, para se colocar um bonde elétrico, para que as pessoas tenham como meio de transporte uma solução. Tenho certeza que se ele funciona bem em outras Cidades brasileiras, como São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Brasília, e em Paris, Nova Iorque, ou em qualquer Cidade do mundo, ele há de funcionar bem aqui, fazendo uma parceria entre o transporte ferroviário e o rodoviário.

Temos que pensar cada vez mais em soluções criativas para atender a nossa população. Também acho fundamental que Curitiba e São José dos Pinhais possam criar uma ciclovias Curitiba/Araucária, Curitiba/Rio Branco do Sul enfim, em torno, porque vivemos uma Cidade só, onde as pessoas viriam andando, fazendo o necessário exercício, ou também de bicicleta.

Temos nessa Audiência Pública que dar a oportunidade à Associação dos Engenheiros do Paraná, para que possa emitir as suas opiniões. Lembrar que a SUDESUL, na época que era dirigida pelo engenheiro Airton Cornelsen, contratou um estudo de viabilidade técnica e

econômica em relação ao transporte de passageiros em cima de nossos trilhos.

Hoje, as pessoas saem de Curitiba e vão para Piraquara ou ao Litoral, de trem. Tem trem ali de cinco estrelas, com direito a filme e lanche. A nossa população, que vai daqui a Piraquara, com aquela situação de trânsito, a 416 está parecendo o centro de Curitiba. Temos que duplicar a 415, que liga Pinhais a Piraquara, porque as pessoas estão demorando até uma hora, uma hora e meia para passar dessa região. Estamos com um problema de mobilidade urbana e precisamos de uma alternativa, como o trem elétrico da Região Metropolitana.

Vejam vocês, quem mora em Araucária, por exemplo, pode muito bem vir a Curitiba de bonde elétrico, barato. Esta solução se autopaga, a menos de R\$ 1 a passagem, em três anos, conforme o estudo de viabilidade econômica feito pela SUDESUL, dirigido pelo engenheiro Airton Cornelsen, à época.

Sras. e Srs. Deputados, precisamos buscar soluções para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Esse é o nosso objetivo e compromisso com a população do Paraná. Não teria sentido chegarmos aqui na Assembleia Legislativa, não apresentarmos ideias positivas e não colocarmos em prática assuntos que venham ao encontro dos interesses do povo. Parece que os nossos governantes não querem ver, que as pessoas estão andando como sardinha em lata dentro dos ônibus. O cidadão que mora em Rio Branco do Sul demora quase duas horas para vir trabalhar em Curitiba, e quando volta para casa, as pernas não aguentam. E ainda quando não é molestado ou assaltado dentro dos ônibus.

Temos que buscar uma solução, que existe. Chamo a atenção do Governo do Estado, da COMEC e da Prefeitura de Curitiba para que se promova um estudo e se ande nesse caminho que é a utilização dos trilhos de trem, como meio de transporte, para facilitar e para melhorar a vida dos nossos irmãos que vivem numa metrópole que cresce de forma desordenada. Temos uma região onde teríamos que ter indústrias não poluentes, temos indústrias poluentes. Teríamos que ter um plano diretor para que esse desenvolvimento industrial e social possa ser mais bem mapeado na nossa Região Metropolitana de Curitiba.

E digo mais, o trem deveria funcionar como transporte de carga, assim como apresentei um projeto de lei obrigando as empresas que forem construir novas usinas para que construam eclusas para que possa, então, se pensar no transporte da nossa mercadoria, da nossa produção pelo rio, pelas águas, que fica muito mais barato, menos de 10% do custo do transporte rodoviário, e pelas águas quatro vezes mais barato do que o transporte ferroviário.

Então, eram estas as minhas palavras, agradecendo mais uma vez a atenção dos Srs. e Sras. Deputadas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMENALLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Apenas para poder corrigir aqui, como eu disse ontem, um equívoco, eu queria já formalmente entregar

ao Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, as informações relativas a dragagem do Canal da Galheta, dos portos de Paranaguá e Antonina.

Eu recebi, via faz, do Superintendente do Porto de Paranaguá, Daniel Lúcio de Oliveira, um ofício que também está sendo dirigido a V. Exa., como Presidente da Assembleia Legislativa, detalhando a todas as perguntas formuladas pelo nobre Líder da Oposição, de forma bem pontual e objetiva, e além disto ele anexou o que eu considero importante, do ponto de vista da análise, o Contrato nº 002/09, celebrado entre a APPA e a SOMAR. Serviços de Operações Marítimas, o primeiro, segundo e terceiro temos aditivos ao Contrato nº 002/09, e o extrato de empenho credor nº 10067128, da SOMAR - Serviço de Operações Marítimas Ltda, ou seja, parece, salvo melhor juízo, que naturalmente será analisado pelo nobre Deputado Elio Rusch, que as respostas requeridas pelo requerimento que ele apresentou aqui nesta Casa foram devidamente respondidos.

Quero aqui, superado esse equívoco, me desincumbir dessa tarefa que eu havia assumido o compromisso, entregando ao Deputado Elio Rusch as informações requeridas e ainda os documentos comprobatórios do contrato e dos aditivos.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, recebo as informações nesse entendimento que havíamos feito no dia 5 de agosto, o que questionamos ontem, esse mal entendido que houve, recebemos e, lógico, vamos analisar se realmente foram preenchidos todos os requisitos, vamos sentir por atendida a nossa solicitação. Caso contrário, retornaremos a conversar com a Liderança do Governo.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado Professor Lemos, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembleia e em avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.**

Indicação nº 882/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado que envie para aprovação da Assembleia Legislativa, pedido de autorização para efetuar repasses de recursos através de convênios e subven-

ções a creches que atendem filhos dos servidores estaduais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 883/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado que seja instituído pelo Poder Executivo a Polícia Estadual de Segurança Contra Incêndios. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 884/09, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, propondo ao Exmo. ao Sr. Governador do Estado para que seja enviada mensagem à Assembleia Legislativa com fins de alterar a Lei Complementar nº 103/04, “Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e afeta outras providências. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Questão de Ordem, subscrita pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, requerendo que seja remetido ao COPELEGIS para que se faça um estudo aprofundado em relação a constitucionalidade e competência do Poder Legislativo em propor projeto de lei autorizando o Poder Executivo a proceder reversão de imóvel **À COPELEGIS para providências.**

Questão de Ordem, subscrita pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, requerendo que seja remetido ao COPELEGIS para que se faça um estudo aprofundado em relação a utilização do termo “Súmula” nos projetos de lei apresentados nesta Casa de Leis. **À COPELEGIS para providências.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4656, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, justificando ausência da Deputada Luciana Rafagnin na presente Sessão (23 de setembro), em razão de estar participando, enquanto Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, do primeiro encontro das famílias beneficiadas pelo Projeto Água e Qualidade de Vida no Município de Francisco Beltrão. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 4670, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, requerendo a antecipação da Sessão Ordinária do dia 24 de setembro (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 409/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos para a Evolução do Basquete - AAPEBAS, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 094/09, de 19/08/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 411/09, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública estadual a AFA - Associação Fraternidade Aliança, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovada. (Publ. no DA nº 094/09, de 19/08/09, em Projetos de Lei).**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 411/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Fraternidade Aliança - AFA, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22/09/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/09, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores de Leite de Icaraíma e Região - ASPLEIR, com sede e foro na Cidade de Icaraíma. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/09, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a OSCIP - Instituto de Saúde Santa Clara de Cândói, com sede e foro no Município de Cândói. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/09, de autoria do Deputado Mario Roque, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná, o Dia dos Trabalhadores Portuários Avulsos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a EDUCRIANÇA - Associação de Amparo à Criança e ao Adolescente - Unidade Paraná, com sede e foro no Município de Ivatuba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera os artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Em discussão. Em votação.**

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar contra tantos os itens 07, 08, 09 e 10, porque entendemos que podem trazer prejuízo para setores importantes do nosso Estado, como a Educação e a Saúde, na medida que deixa livre para cada Estado fazer o seu percentual mínimo para a Educação e Saúde, por exemplo. Só estou dando dois exemplos para justificar a nossa posição contrária no mérito desta questão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PDT) (**Para Encaminhar**)

Somente para dizer que voto favorável, porque acho que esta questão está fortalecendo o Poder Legislativo do Brasil inteiro. Vamos ter condições de trabalhar até mais e propor novos projetos. Deixa mais forte o Legislativo. Acho que cada Município, cada Estado, terá que ter a responsabilidade de fazer o que tem que ser feito. Aqui mesmo no Paraná era 25, agora é 30 a Educação.

Voto a favor por isso, porque acho que dá mais autonomia aos Poderes, principalmente ao nosso Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Tadeu Veneri com a palavra.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Só para registrar o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero solicitar aos Srs. Parlamentares que votem favoravelmente a esses quatro decretos legislativos, até

porque estamos cumprindo um acordo entre todas as Assembleias Legislativas do Brasil, para que possamos participar efetivamente com alterações na Constituição Federal e termos mais força dentro das Assembleias Legislativas. Vivemos numa Federação, num País Continente, não tenho dúvida nenhuma que a responsabilidade de cada Assembleia Legislativa, nos Estados, não pode e não deve ser questionada num momento como este.

Por esta razão peço a V. Exas. o apoio a esses quatro decretos legislativos.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati e o Deputado Ney Leprevost.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Para Encaminhar**)

Por instrução do Deputado Duílio Genari, vamos votar a favor dessas quatro medidas, porque V. Exa. comanda com mestria essa Mesa Executiva.

A homenagem a V. Exa. a todos os integrantes da Comissão Executiva. Estamos interpretando que V. Exa. está apenas fazendo com que a Assembleia Legislativa tenha cada vez mais instrumentos para servir os cidadãos paranaenses.

Parabéns, porque exatamente o mundo caminha nessa direção, a integração do legislador, com quem o elege, com as comunidades.

Por isso esta Casa vive um grande momento.

O SR. NEY LEPEREVOST (PP) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero dizer que achei muito feliz a sua iniciativa de apresentar esses projetos de decreto legislativo. Ouvi atentamente, há poucos dias, uma explicação do Deputado Durval Amaral, que é advogado e conhece muito Direito Constitucional. Conversei com alguns advogados amigos meus e todos entendem que essa medida é bastante positiva, que é extremamente legal, porque a legislação vigente no nosso País, possam apresentar emendas na Constituição Federal, desde que essas emendas sejam apoiadas em Plenário, por mais de 50%, dos seus membros.

Entendo que temos que fortalecer o Poder Legislativo. Os Estados, que são os grandes arrecadadores dos tributos, têm que realmente ter mais força, ter mais poder, para tomar as suas decisões de acordo com a peculiaridade de cada região.

Por isso, o meu encaminhamento é favorável a esses projetos de decretos legislativos.

Quero elogiar publicamente essa iniciativa que será, sem dúvida alguma, muito boa para todos os Estados da nossa Federação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Para Encaminhar**)

Da mesma maneira do Deputado Ney Leprevost, quero cumprimentar a V. Exa., sei que na semana que

passou V. Exa. esteve em Brasília reunido com os demais Presidentes de Assembleias Legislativas do País. Acho oportuno, importante que a autonomia administrativa, política legislativa se dê mais perto da população.

Por isso tudo, quero cumprimentar a V. Exa. pela bela iniciativa, à qual estaremos a pleno favor.

Obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para que não fique um entendimento de forma equivocada, ontem já me manifestei contrário e já falei sobre isso com V. Exa. Porque entendo que temos, hoje, algumas prerrogativas que realmente foram tomadas e outras prerrogativas que se a PEC - porque depende da PEC do Congresso que foi votada - pode alterar, e muito, aquilo que temos na Constituição, como, no meu entendimento, uma conquista feita pela população com os percentuais constitucionais. Por isso meu voto contrário.

Entendo que a Assembleia tem toda legitimidade de fazer isso, embora estejamos discutindo hoje e mérito e não a constitucionalidade, tem toda a legitimidade e tem toda legalidade, e quem vai decidir, de fato, é o Congresso Nacional. Nosso voto aqui é quase simbólico, mas é o Congresso Nacional que vai decidir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Aprovado artigo por artigo, com voto contrário dos Deputados Tadeu Veneri, Péricles de Mello e Professor Lemos.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que acrescenta dispositivo ao artigo 26 da Constituição Federal e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Aprovado, artigo por artigo, com voto contrário dos Deputados Tadeu Veneri, Péricles de Mello e Professor Lemos.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que modifica o artigo 198 da Constituição Federal e o parágrafo 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Emenda à Constituição). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Aprovado, artigo por artigo, com voto contrário dos Deputados Tadeu Veneri, Péricles de Mello e Professor Lemos.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 005/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera os artigos 132 da Constituição Federal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Aprovado, artigo por artigo, com voto contrário dos Deputados Tadeu Veneri, Péricles de Mello e Professor Lemos.

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação Lindoestense de Fortalecimento da Agricultura Familiar - ALFAFA, com sede no Município de Lindoeste e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 097/09, de 26/08/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 431/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Lindoestense de Fortalecimento da Agricultura Familiar - ALFAFA, com sede no Município de Lindoeste e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Incentivo Social - IBISA, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 101/09, de 01/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 453/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Incentivo Social - IBISA, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise. Na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 453/09

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 453/09, que passa a ter a sua Súmula com a seguinte redação:

Súmula: Declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Incentivo Social Ambiental - IBISA, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4663, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4609, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente, até em homenagem ao Deputado Douglas que tem tido, na minha avaliação, uma postura pública extremamente

importante a favor da saúde da nossa população. Este requerimento está muito bem formulado e não há porquê não explicar ao Parlamentar as solicitações contidas no requerimento. Então, encaminho favoravelmente.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, apenas para fazer um agradecimento a todos os Deputados que irão votar favoravelmente a este pedido de informações, e o agradecimento ao Deputado Romanelli e à base do Governo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão, em votação: **Aprovado** requerimento do Deputado Douglas Fabrício.

Requerimento nº 4641, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Vou votar favoravelmente, porque penso que o Deputado Jocelito reformulou o requerimento anterior, que envolvia a questão do BANESTADO. Não tenho dúvida que haverá possibilidade do Governo do Estado responder a esta Casa a situação referente ao processo de privatização do Banco do Estado. Foi um processo absolutamente nefasto, na minha opinião, para a sociedade paranaense, são R\$ 65 bilhões que pagamos todo mês ao Governo Federal, perdemos o banco, perderam-se milhares de empregos e ficamos com esta dívida enorme. Sem falar, é claro, nas gravíssimas irregularidades que foram cometidas durante um período, na gestão do BANESTADO.

Penso que certamente este pedido de informações será muito interessante ao Deputado Neivo Beraldin, que foi o Presidente da CPI do processo de privatização do BANESTADO. Poderá até ajudar o Governo a responder este requerimento, este pedido de informações do Deputado Jocelito Canto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero agradecer ao nosso eminente Deputado Luiz Claudio Romanelli. Na verdade, semana passada tivemos uma sentença do caso BANESTADO e durante a sentença houve a informação de que um dos empresários já teria devolvido o dinheiro ao BANESTADO.

Estou curioso para saber, e acho que o povo do Paraná também, quanto já recebemos de volta, desde o momento em que se levantou que a privatização do

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 112 106ª SESSÃO ORDINÁRIA SUMÁRIO Mesa Executiva.....35 Presenças.....35 Abertura da Sessão35 Pequeno Expediente: Dep. Antonio Belinati.....36 Horário das Lideranças:		Liderança do PP Dep. Antonio Belinati 36 Ordem do Dia: Discussão/Votação Redação Final..... 37 3ª Discussão 37 2ª Discussão 38 1ª Discussão 38 Encerramento da Sessão 39
--	--	--

DIÁRIO Nº 112

106ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Duílio Genari e Jonas Guimarães.

Presenças:

Às dezessete horas e trinta e um minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Luiz

Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademir Bier, Caíto Quintana, Fernando Scanavaca, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo e Teruo Kato (08).

Ausentes com justificativa as Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, antecipada do dia 24 de setembro (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Jonas Guimarães.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, o ilustre Deputado Alexandre Curi estava me sugerindo, agora há pouco, que eu trouxesse algum assunto para a tribuna, inclusive para poder movimentar a Sessão. Agradeço ao brilhante Deputado pela sugestão.

O Deputado Romanelli era contra eu ler os e-mails aqui e agora V. Exa. mudou. Parabéns! Faz parte, porque levei um “cacete” tremendo do Deputado Romanelli, que era contra eu atender o povo do Paraná e não ler os e-mails que os cidadãos mandam. Agora o Romanelli ficou quietinho, porque dois dias depois de ele ir à tribuna e achar que eu deveria colocar um esparadrapo na boca e não ler os e-mails, a Gazeta do Povo publicou duas páginas dando um “cacete” em todos os políticos do Brasil que recebem e-mails e devem jogar no lixo, não leem e não dão a menor satisfação. A partir daí nunca mais o Romanelli me criticou por ler e-mail. E estamos aqui por quê? Tem alguém que chegou aqui como biônico? Não, cheguei aqui pelo voto do povo, em 1970, quando foi a primeira vez que o povo me elegeu para esta Casa, sendo que já tinha sido eleito em 1968 para Vereador.

Então, estamos aqui, sim, queira ou não queira o Deputado Romanelli, para agradar o povo, atender o povo naquilo que é justo e vamos continuar. Sr. Presidente, o Deputado Romanelli finge que ele não é um cara bom, mas ele não consegue enganar nem ele mesmo. Então nós vamos, agradando ou não agradando, continuar dando satisfação a quem nos manda para cá ou para quem não nos manda.

Deputado Alexandre Curi, meu pai era um caboclo ferroviário e eu era Deputado Federal. Um dia levei meu pai a Brasília, tem lá a área em que moram os Deputados Federais, e meu falecido pai estava contando que ele conversou lá com muitas madames, esposas de Deputados Federais, e o que elas falavam mal do povo: “Onde é que á se viu? Parece que não tenho marido, o meu marido não vive para a família e é só o mandato, o mandato”. Elas praguejavam que era a pior coisa do mundo o marido ser Deputado Federal. Pois é, chegou a eleição, encosta o caminhão na portaria do Deputado para carregar a mudança de volta, porque foi derrotado pelo povo, acabou o “dim dim” lá, e aí: “Mas o povo é ingrato”. Não, o povo não é ingrato não.

Então, tem gente que acha que ser Deputado é uma coisa ruim, horrível, cansativa, Deputado Tadeu Veneri. Mas tem muita madame aí que quando o marido perde a eleição tem que trocar de cabeleireira, ir ao mais popular, trocar de costureira, começar a comprar coisa de oferta, etc.

Estamos aqui, é nosso dever dar toda a satisfação e respeito a quem manda. A estrela, Deputado Jocelito, a estrela de uma eleição não é o candidato, é o povo, porque é o povo quem decide uma eleição, e é ao povo que temos que dedicar o nosso mandato.

Hoje temos aqui o e-mail da Daniela Cristina Alves da Cruz, ela fala aqui sobre o dia sem carro em Curitiba.

(Lê):

Caro Deputado Belinati.

Tenho muita admiração pelo seu trabalho e acompanhamento sempre o programa de rádio que o senhor faz lá da Assembleia Legislativa. Eu vim para Curitiba tem uns 20 anos. Vim para estudar e fui ficando, por isso que já me considero cidadã curitibana, de pé vermelho...claro...mas já sou bem curitibana. Eu queria que o senhor, que é sempre atencioso com o povo, pé vermelho, que nem eu, que não gosta de injustiça, leia minha reclamação na Assembleia dos Deputados. Sabe Deputado, todo dia eu pego ônibus lotado para ir trabalhar. Eu saio do terminal do Pinheirinho às 7h da manhã, e isso depois de pegar o alimentador apinhado de gente. A gente vai que nem sardinha e nem gripe A faz o povo abrir as janelas. Fica até chato a gente mulher, andar desse jeito, é humilhante. Ontem vi que o Prefeito Beto Richa pegou ônibus para ir trabalhar. Só que ele saiu mais tarde e num ônibus vazio. Claro que a hora que ele foi não era mais hora de trabalhador pegar ônibus, daí estava vazio. E também não sei, mas me pareceu que ele pegou um ônibus já combinado. Uma pena, porque eu acho que se o Prefeito quer fazer um bom trabalho para o seu povo, tem de sentir na pele o que o povo passa. Quando ele foi, não tinha mais ninguém nem para contar como é a nossa lida. Eu falo para o senhor, Deputado Belinati, porque minha família toda lá do norte conhece bem o senhor, já votou no senhor e sabe que o senhor foi um bom Prefeito para Londrina. Mas era diferente, porque o senhor sabia bem a situação do povo e isso fazia diferença. O Lula mesmo, lá em cima, é como o senhor. Eu queria só fazer esse desabafo, porque gosto muito de morar em Curitiba, mas sinto falta de ter aqui gente como a nossa lá do Norte do Paraná, que conhece bem o sofrimento do povo e por isso que muitos problemas não se resolvem, acho que é porque falta isso de entender o povo, o que ele passa.

Um bom dia para o senhor, bom trabalho e continue na sua lida, com seu programa e com as pessoas que trabalham junto do senhor. Que Deus abençoe sempre e tudo de bom.

Daniela Cristina Alves da Cruz

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Eu me associo ao sofrimento dela e aos demais trabalhadores. Porque o empresário do ramo de ônibus visa primeiramente o caixa cheio de dinheiro. Tem empresário de ônibus comprando fazenda. Lá na minha Cidade o empresário de ônibus é dono da Gol, tem empresa de ônibus no Brasil inteiro. São pessoas arquimilionárias, porque a tarifa é cara e isso impõe um sofrimento muito grande ao nosso povo. Já vi gente perder oportunidade de

emprego por ir a pé ou de bicicleta e chega transpirando, cabelo despenteado, sapato sujo, e é rejeitado ali na empresa de cara. Não vai arrumar emprego, essa é a realidade. Porque tem gente que não tem dinheiro para pegar o ônibus e bater nas empresas para conseguir emprego. A tarifa é cara e faltam veículos. Precisam colocar mais ônibus em todas as linhas, para que o trabalhador não sofra para voltar para casa e não sofra para ir de manhã ao trabalho. O trabalhador merece respeito.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Belinati, sinceramente, tenho até um pouco de inveja de V. Exa. porque recebe esses e-mails que são tão prudentes, falam das verdades. Gostaria de deixar o meu endereço na internet: neivoberaldin.com.br, para que as pessoas possam também me mandar e-mail e vou responder dizendo que mandei para o Ministério Público Estadual, na gestão passada, 732 contratos, concessões de ônibus vencidas. Portanto, os ônibus que estão operando estão sem concessão, sem planilha. Não conhecemos a planilha do custo do transporte, estou levando já para o transporte intermunicipal. Quem viaja dentro do Estado paga o olho da cara. Os ônibus ganham mais no transporte da bagagem do que propriamente na passagem. Sonegação de ICMS, prejuízo para a nossa população mais carente.

V. Exa. aborda um tema que é de altíssimo interesse popular. Só não é de interesse dos governantes. Por incrível que pareça, esse monopólio de ônibus no Paraná vem desde a Constituição de 1988, que eu aqui estava lutando para quebrar esse monopólio porque, se você quiser ir para a Graciosa, hoje, V. Exa. ou alguém, se quiser ir para o Litoral do Paraná, vocês podem pegar a Graciosa e vai, se quiser. Se tivesse a concorrência, havia a competição, e a competição geraria melhoria do transporte em benefício do usuário.

Então, agradeço muito V. Exa., que realmente fala a língua popular.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado! E que as autoridades concluam também um grande trabalho para colocar mais ônibus para o povo sofrer menos, porque, volto a repetir, como a Daniela Cristina Alves da Cruz, os usuários do transporte coletivo merecem ser tratados com dignidade e com respeito.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Somente para convidar os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas para a Sessão Solene que homenageia a nossa Universidade Federal Tecnológica do Paraná - UTFPR, pelos seus 100 anos, logo após esta Sessão. Também convido para o dia 28, segunda-feira, às 9h da manhã, no salão de reuniões da APP, para uma Audiência

Pública que tratará dos precatórios que o Estado deve aos servidores públicos do Estado do Paraná. Portanto, estão todos os Deputados e Deputadas convidados para essa Audiência Pública e, também, os servidores públicos.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no horário do Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante de Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 285/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria o calendário oficial do Estado o Dia da Prevenção à Doença Renal, no dia 13 de março. **Aprovada. (Publ. no DA nº 060/09, de 08/06/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 427/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná - FACIAP, com sede e foro nesta Capital. **Aprovada. (Publ. no DA nº 097/09, de 25/08/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/09, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a OSCIP - Instituto de Saúde Santa Clara de Cândói, com sede e foro no Município de Cândói. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a EDUCRIANÇA - Associação de Amparo à Criança e ao Adolescente - Unidade Paraná, com sede e foro no Município de Ivatuba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação Lindoestense de Fortalecimento da Agricultura Familiar - ALFAFA, com sede no Município de Lindoeste e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Incentivo Social - IBISA com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná - MTG, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 100/09, de 31/08/09).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 434/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná - MTG, com sede no Município de São João do Triunfo e foro no Município de Curitiba/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 434/09

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 434/09, que passa a ter a sua súmula com seguinte redação:

“Súmula: Declara de utilidade pública o Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná - MTG-PR, com sede no Município de São João do Triunfo e foro nesta Capital”.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a PROSAU - Proteção dos Direitos Relativos a Saúde, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 100/09, de 31/08/09).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 437/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a PROSAU - Proteção dos Direitos Relativos a Saúde, com sede e foro em Curitiba/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, mês de agosto de 2009. RESOLUÇÃO Nº 003/04 e 003/09. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovada.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 017/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1° Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados previstas na Resolução n° 003/04, com as modificações contidas na Resolução n° 003/09.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22/09/09.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Francisco Bühner e Reni Pereira.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA- 16ª LEGISLATURA
PROPOSIÇÃO N° 063/09

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição n° 063/09, prestando contas das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de Resolução n° 003/09.

Examinados os documentos entregues, conclue este relator, que as despesas constantes da proposição supracitada, encontram-se exatas, dentro da legislação em vigor e da regulamentação que as rege, concluindo pelo parecer favorável.

É o parecer FAVORÁVEL - APROVADO.

Sala das Comissões, em 22/09/09.

(a) DUÍLIO GENARI - Presidente
PLAUTO MIRÓ - Relator

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 424 e 431/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 453/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 155, 434 e 043/09; e dos Projetos de Resolução n° 017/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 378 e 436/09.

Lembrando aos Srs. Deputados que, logo a seguir, teremos a Sessão proposta pelo Deputado Péricles de Mello, comemorando o centenário da Escola Técnica do Paraná.

Lembrando também, que amanhã, às 11h, por proposição dos Deputados Alexandre Curi e Ney Leprevost, comemoração dos 156 anos de fundação da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Levanta-se a Sessão.

